

DOCUMENTOS do ETENE

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE

FOME ZERO NO NORDESTE DO BRASIL: CONSTRUINDO
UMA LINHA DE BASE PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA



AIRTON SABOYA VALENTE JÚNIOR
VIVIANE QUEIROZ CERQUEIRA
MARIA ODETE ALVES

Nº 05

**Banco do
Nordeste**



O Nosso Negócio é o Desenvolvimento

FOME ZERO NO NORDESTE DO BRASIL:
CONSTRUINDO UMA LINHA DE BASE
PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

SÉrie: Documentos do ETENE, v, 05

Obras já publicadas na série:

V. 01 – Possibilidades da Mamona como Fonte de Matéria-Prima para a Produção de Biodiesel no Nordeste Brasileiro

V.02 – Perspectivas para o Desenvolvimento da Carcinicultura no Nordeste Brasileiro

V.03 – Modelo de Avaliação do Prodetur/NE-II: base conceitual e metodológica

V. 04 – Diagnóstico Socioeconômico do Setor Sisaleiro do Nordeste Brasileiro

V. 05 – Fome Zero no Nordeste do Brasil: construindo uma linha de base para avaliação do programa

Airton Saboya Valente Junior
Economista, Mestre em Desenvolvimento Internacional e
Pesquisador do BNB-ETENE

Viviane Queiroz Cerqueira
Socióloga, Especialista em Gestão e Avaliação de
Programas Sociais e Pesquisadora do BNB-ETENE

Maria Odete Alves
Eng^a Agrônoma, Mestre em Administração e
Desenvolvimento Rural e Pesquisadora do BNB-ETENE

Série Documentos do Etene
N^o 05

FOME ZERO NO NORDESTE DO BRASIL: CONSTRUINDO UMA LINHA DE BASE PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra Publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

Augusto Bezerra Cavalcanti Neto

Francisco de Assis Germano Arruda

João Emílio Gazzana

Luiz Ethewaldo de Albuquerque Guimarães

Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Ambiente de Comunicação Social:

José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Coordenadoria de Estudos Rurais e Agroindustriais - COERG

Maria Odete Alves

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Rita de Cássia Alencar

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta: 0800.783030

Tiragem: 1.500 exemplares

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994,
de 14 de Dezembro de 2004

Copyright © by Banco do Nordeste do Brasil

Valente Junior, Airton Saboya.

V154f

Fome Zero no Nordeste do Brasil: construindo uma linha de base para avaliação do programa / Airton Saboya Valente Junior, Viviane Queiroz Cerqueira, Maria Odete Alves. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

72p. (Série Documentos do ETENE, n. 05).

I - Avaliação de programas. 2 – Programa Fome Zero-Nordeste.
I - Cerqueira, Viviane Queiroz. II - Alves, Maria Odete. III - Título. IV – Sérir.

CDD: 658.4032

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

AGRADECIMENTOS

A Coordenação dos Agentes de Desenvolvimento do BNB para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, em especial, aos colegas Antonio Marques Neto, Francisco das Chagas Alves de Araújo, Jânia Maria Pinho Souza, João José da Rocha Filho, Luiz Gonzaga de Oliveira e Rita Cácia Nogueira de Oliveira, pela aplicação dos questionários nos seis municípios nordestinos selecionados.

Aos colegas da Central de Informações do Etene, Demétrio Gomes Crisóstomo e Mário Henrique Bernardo Nascimento, pela elaboração de programa para alimentação e tabulação das informações coletadas em campo e aos bolsistas Felipe Muniz Gadelha, Francisco José Aguiar Costa Junior e Osias Pereira da Silva, pelo trabalho de digitação das mesmas.

Ao colega Hermano José Pinho, pelas contribuições competentes na revisão final do texto.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	08
LISTA DE GRÁFICOS	09
LISTA DE TABELAS	10
1 – INTRODUÇÃO	11
2 – METODOLOGIA DO TRABALHO	13
3 – CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	15
4 – PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FOME ZERO	21
4.1 – Escolaridade	22
4.2 – Condições de Habitação	24
4.3 – Segurança Alimentar.....	30
4.4 – Saúde	34
5 – OCUPAÇÃO E RENDA	37
6 – PRODUÇÃO E MERCADOS.....	43
7 – ACESSO A CRÉDITO E CAPACITAÇÃO	45
8 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL	47
9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	55

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Mulher e crianças debulhando feijão - Cerro Corá (RN).....	19
Foto 2 – Moradia de beneficiário do Programa Fome Zero - Guaribas (PI).....	25
Foto 3 – Moradia de beneficiário do Programa Fome Zero - Betânia do Piauí (PI).....	26
Foto 4 – Fonte de abastecimento de água - Guaribas (PI).....	27
Foto 5 – Equipamento de coleta de água urbana - Cerro Corá (RN).	28
Foto 6 – Forma e equipamentos de coleta e abastecimento de água urbana - Cerro Corá (RN).....	28
Foto 7 – Condições de moradia de beneficiários do Programa Fome Zero - Cerro Corá (RN).....	35
Foto 8 – Caprinocultura - Guaribas (PI).....	69
Foto 9 – Bovinocultura - Betânia do Piauí(PI).....	69
Foto 10 – Bovinocultura - Betânia do Piauí (PI).....	70
Foto 11 – Caprinocultura - Betânia do Piauí(PI).....	70
Foto 12 – Condições de Moradia - Irauçuba (CE).....	71
Foto 13 – Moradia de Beneficiário do Programa Fome Zero - Quixelô (CE).....	71
Foto 14 – Interior de Residência de Beneficiário do Programa Fome Zero - Taipu (PI).....	72
Foto 15 – Entrevistando Beneficiário do Programa - Cerro Corá (RN).....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de escolaridade	22
Gráfico 2 – Acesso dos filhos à escola (%)	24
Gráfico 3 – Tipo de habitação	25
Gráfico 4 – Tipo de esgoto sanitário da residência em zona urbana	26
Gráfico 5 – Tipo de esgoto sanitário da residência em zona rural	27
Gráfico 6 – Fontes de fornecimento água na zona urbana (a) ..	29
Gráfico 7 – Fontes de fornecimento água na zona rural (b) ..	29
Gráfico 8 – Quantidade de alimentos consumidos	30
Gráfico 9 – Qualidade dos alimentos consumidos.....	31
Gráfico 10 – Possui carteira assinada? (%)	38
Gráfico 11 – Participação em organização social	47
Gráfico 12 – Tipo de organização social	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Beneficiários cadastrados e amostra selecionada	14
Tabela 2 – Indicadores demográficos – municípios pesquisados ..	17
Tabela 3 – Indicadores de saúde - assistência médica	18
Tabela 4 – Indicadores econômicos – municípios pesquisados .	19
Tabela 5 – Índice de desenvolvimento humano – municípios pesquisados	20
Tabela 6 – Faixa de peso dos entrevistados	21
Tabela 7 – Faixa de altura dos entrevistados (1)	21
Tabela 8 – Níveis de escolaridade dos entrevistados, por sexo ..	23
Tabela 9 – Quantidade de escolas por município	23
Tabela 10 – Bens mais produzidos versus frequência com que são consumidos pelas famílias (%)	32
Tabela 11 – Tipos de bens mais produzidos <i>versus</i> frequência com que são consumidos pelas famílias (%)	33
Tabela 12 – Doenças mais comuns (%)	35
Tabela 13 – Condição de produtor rural	37
Tabela 14 – Tamanho da propriedade rural	38
Tabela 15 – Faixas de renda <i>versus</i> recebimento de auxílio monetário (1)	40
Tabela 16 – Rendas Médias dos Domicílios, Em (R\$ 1,00)	41
Tabela 17 – Motivo pelo qual a receita da família não é constante	41
Tabela 18 – Outro tipo de ajuda ou benefício recebido pelo entrevistado	42
Tabela 19 – Tipos de atividades agropecuárias praticadas	43
Tabela 20 – Destino da produção	44
Tabela 21 – Motivo pelo qual não gostaria de obter financiamento	45
Tabela 22 – Recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades	46

I - INTRODUÇÃO

O reconhecimento oficial do direito à alimentação está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário. Implica dizer que nenhuma restrição à alimentação pode ser aceitável, tendo em vista que o bem-estar nutricional é um direito humano. Tal reflexão remete à questão da segurança alimentar e nutricional e à necessidade de definição do seu conceito.

A expressão segurança alimentar e nutricional (SAN), como princípio geral, pode ser definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONFERÊNCIA..., 2004, p. 1).

A ausência dessas condições pode ser gerada por quatro fatores, conforme revisão de literatura elaborada por Pessanha (1998): Escassez de produção e oferta de produtos alimentares; Distribuição desigual dos alimentos entre os membros da sociedade; Baixa qualidade nutricional e contaminação dos alimentos consumidos pela população; e Falta de acesso ou monopólio sobre a base genética do sistema agroalimentar. Daí se concluir que a noção de segurança alimentar e nutricional inclui quatro conteúdos, a saber: a) produção e oferta de alimentos; b) direito universal de acesso aos alimentos; c) qualidade sanitária e nutricional dos alimentos consumidos; d) conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar.

Os problemas de insegurança alimentar e nutricional afetam, sobretudo, os segmentos sociais cujo acesso aos alimentos é precário, seja por insuficiência de renda ou incapacidade de produção para o autoconsumo. Significa que de modo geral, a pobreza é a principal causa do acesso insuficiente aos alimentos. É neste contexto que emerge o Programa Fome Zero (PFZ), com o objetivo de “incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias” (INSTITUTO DE CIDADANIA, 2001).

Assim, referido programa surge como uma resposta ao perverso modelo de política adotado no Brasil, pois as ações estão delineadas para ir além do mero combate à fome. Prevê o desenvolvimento econômico privilegiando o crescimento com distribuição de renda. Busca, portanto, quebrar o círculo vicioso da fome provocado pela falta de políticas de geração de emprego e renda, que fomenta a crescente concentração de riquezas fruto do modelo neoliberal adotado no país na década de 1990. É um programa do governo federal que envolve diferentes

entidades públicas e conta com a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) para a coordenação das ações.

A abrangência e a diversidade das situações que caracterizam o público da segurança alimentar e nutricional implicam na necessidade de utilização de instrumentos diversos e formas de ação social voltadas para o enfrentamento de situações de caráter estrutural, emergencial e local de fome. Assim, o PFZ inclui ações estruturais, com políticas voltadas para as causas da fome e da pobreza (geração de emprego e renda, previdência social, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, bolsa escola e renda mínima); ações específicas, com políticas direcionadas ao atendimento das famílias (cartão-alimentação, cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil, ampliação da merenda escolar, educação para o consumo, dentre outras) e ações locais, com políticas a serem implementadas pelas prefeituras e sociedade civil (BELIK, 2003; INSTITUTO..., 2001).

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituição Pública Federal, tem o papel de desenvolver a Região e, mais que isso, a responsabilidade social de se engajar no PFZ, oferecendo os instrumentos e mecanismos de que dispõe, de forma a contribuir efetivamente para a redução da pobreza e para as mudanças estruturais necessárias no Nordeste, mais especificamente, através de ações voltadas para o aumento da renda por meio de políticas que incorporem o incentivo à agricultura familiar, além do já tradicional apoio à agricultura patronal. Neste sentido, o BNB se propôs a estabelecer um PLANO DE AÇÃO com base nos instrumentos e mecanismos de que dispõe, levando em conta suas características de instituição financeira e respeitando os limites territoriais de sua área de atuação¹.

Há, também, a determinação de se realizar avaliações periódicas das ações da Instituição no âmbito do programa, havendo, dessa forma, a necessidade de se criar uma LINHA DE BASE para que seja possível construir os INDICADORES que deverão ser MONITORADOS e avaliados ao longo do tempo. Para cumprir esses passos, realizou-se pesquisa de campo com beneficiários do Programa Fome Zero a fim de retratar o marco inicial da intervenção e construir indicadores socioeconômicos com base na realidade de cada comunidade. Tais etapas são fundamentais para o acompanhamento e a avaliação das ações, a partir do estabelecimento de metas e prazos. Dessa forma, podem-se observar os avanços, os acertos e os erros cometidos no programa, para então sugerir os ajustes necessários para o sucesso da política como um todo.

¹ Estados do Nordeste e municípios do norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e norte do Estado do Espírito Santo.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO

A coleta de informações para compor o diagnóstico municipal bem como para estabelecer a linha de base dos beneficiários do PFZ constou de três etapas: inicialmente, coletaram-se dados secundários (de diversas fontes) sobre os municípios a serem pesquisados, tendo-se como premissa a obtenção de indicadores econômicos e sociais; na segunda etapa, colheram-se informações a partir de visitas exploratórias aos municípios pesquisados, a fim de inserir o conhecimento e a percepção dos diferentes segmentos da sociedade sobre a realidade local; e na terceira etapa realizou-se pesquisa de campo para a obtenção de perfis das comunidades locais.

O recolhimento das informações, através da pesquisa de campo foi realizado por meio da aplicação de questionários semi-estruturados, os quais foram ministrados por agentes de desenvolvimento do BNB com atuação nos municípios. Preliminarmente à visita a campo, o entrevistador foi submetido a treinamento sobre o Programa Fome Zero, a metodologia do trabalho a ser implementado e sobre o preenchimento dos questionários. O universo pesquisado foi considerado como sendo o total de beneficiários cadastrados para receber o Cartão Alimentação na ocasião da pesquisa, definido pelo Comitê Gestor local do Programa Fome Zero.

Vale lembrar que a amostra foi selecionada a partir dos dados de beneficiários cadastrados até julho de 2003. Assim sendo, a listagem que foi disponibilizada para este trabalho pode ter sido alterada em virtude da permanente atualização do Cadastro Único do Governo Federal, ou seja, a inclusão de novos beneficiários e a exclusão daqueles que não se enquadram no perfil do programa.

Para a definição da amostra, foram identificados seis municípios com baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) da região atendida pelo Banco: Betânia do Piauí e Guaribas no Piauí, Quixelô e Irauçuba no Ceará, Cerro Corá e Taipu no Rio Grande do Norte (Mapa 1). Em seguida, tentou-se estabelecer a representatividade de algumas categorias, presentes na população total cadastrada para receber o benefício. Dessa forma, aplicaram-se 182 questionários, levando-se em conta os cortes territorial (rural e urbano) e de gênero (homem e mulher), e observando-se a proporção de cada uma dessas variáveis no universo pesquisado.

Os entrevistados foram sorteados a partir do cadastro fornecido pelo então Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA).

Tabela 1 - Beneficiários cadastrados e amostra selecionada

Dados	Municípios					
	Betânia do Piauí	Guaribas	Quixelô	Irauçuba	Cerro Corá	Taipu
Total de beneficiários cadastrados (1)	227	500	930	1.163	921	484
Rural	200	370	819	389	569	344
Homens	24	179	94	21	31	22
Mulheres	176	191	725	377	538	322
Urbano	27	130	111	765	352	140
Homens	0	50	10	26	9	9
Mulheres	27	80	101	739	343	131
Amostra Realizada	30	32	30	30	30	30
Rural	26	19	26	10	20	28
Homens	2	7	4	1	2	2
Mulheres	24	12	22	9	18	26
Urbano	4	13	4	20	10	2
Homens	0	7	0	0	0	0
Mulheres	4	6	4	20	10	2

Fonte: Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome

(1) Dados atualizados até junho de 2003.

Uma vez determinadas as proporções da amostra, foram sorteados os beneficiários a serem contemplados pela pesquisa. O questionário foi elaborado com intuito de analisar as condições de moradia, alimentação, saúde, produção, trabalho, renda e organização social dos beneficiários. Para a aplicação desses questionários, Agentes de Desenvolvimento e Técnicos de Campo do BNB participaram de treinamento oferecido pela equipe do Escritório Técnico e Estudos Econômicos o Nordeste (ETENE). As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e agosto de 2003.

Considerando os padrões teóricos, o número mínimo de 30 observações para o público de 4.225 beneficiários cadastrados permitiu delimitar um erro amostral de aproximadamente 7,3%. Isso garante um nível de confiabilidade de 95% para as inferências tiradas a partir do resultado da pesquisa.

Vale ressaltar ainda que a metodologia adotada pelo PFZ não tem como objetivo mensurar o número de pessoas que passam fome no país, mas sim estimar a “população vulnerável à fome” em função da renda disponível. Implica dizer que os beneficiários do programa devem ser, portanto, aquelas famílias que não possuem renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, desse modo, sujeitos à fome.

3 - CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Os municípios estudados situam-se no Nordeste brasileiro, Região constituída de nove estados, que possui 1.558km² e abriga aproximadamente 50 milhões de pessoas. O Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste foi calculado em R\$ 181,9 bilhões (cerca de US\$ 60,6 bilhões), em 2002, o que perfaz uma renda *per capita* de R\$ 3.694 – US\$ 1.231 (IBGE, 2005).

As distâncias dos municípios pesquisados para as capitais dos respectivos estados são as seguintes: Quixelô para Fortaleza 392km, Irauçuba – Fortaleza 151km, Betânia do Piauí – Teresina 499km, Guaribas – Teresina 653km, Cerro Corá – Natal 150Km e Taipu – Natal 55km (IBGE, 2005).

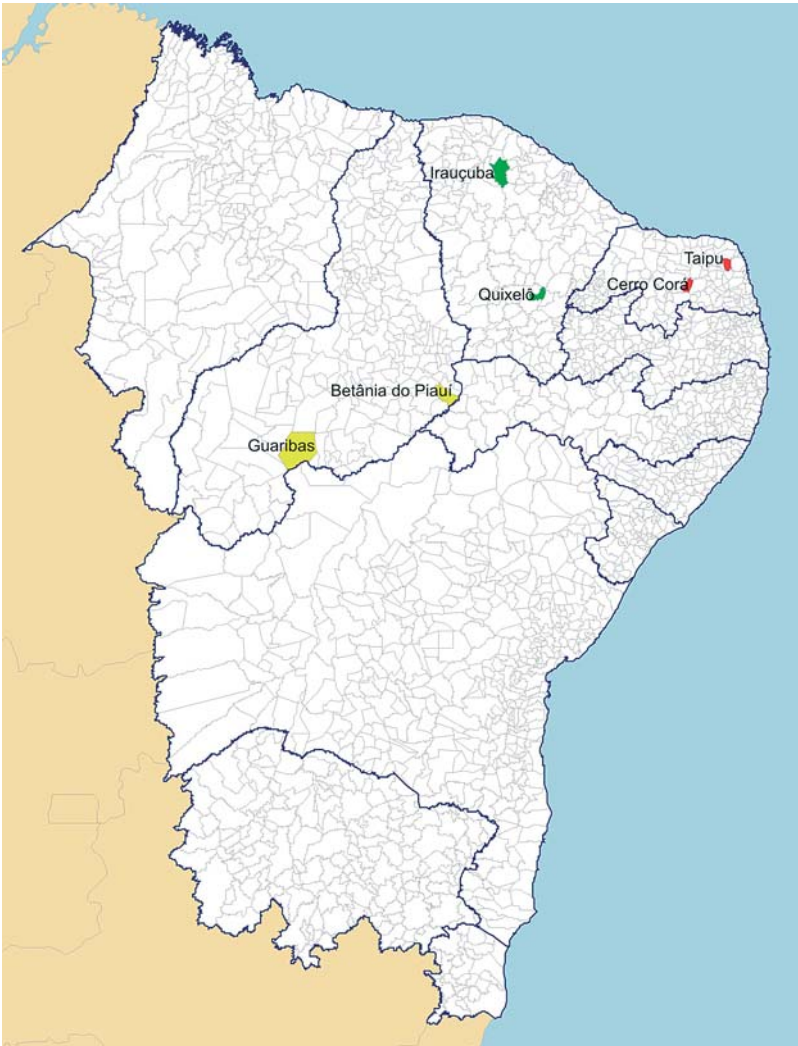


Mapa 1 - Mapa Geopolítico do Brasil

Fonte - IBGE

Os municípios pesquisados estão localizados em um subespaço do Nordeste denominado sertão setentrional, que compreende a região semi-árida ao norte do rio São Francisco, abrangendo parte do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e perfazendo uma área de 342 mil Km². O sertão setentrional vem se constituindo em região de emigração, de forma que o crescimento populacional tem sido baixo (1,1% ao ano entre 1970 e 2000). No

total, estima-se que 7,5 milhões de pessoas residam nesse subespaço nordestino, sendo a renda *per capita* de aproximadamente R\$ 1.847, e o índice de desenvolvimento humano (IDH) de apenas 0,411 (ALBUQUERQUE, 2002).



Mapa 2 – Mapa Geopolítico do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo com destaque para os municípios objeto da pesquisa

Fonte: IBGE

A distribuição espacial da população desses municípios é predominantemente rural, à exceção de Irauçuba, o que representa indicativo da importância da base agropecuária na economia dessas localidades. De fato, esses municípios possuem grande contingente de indivíduos em atividades rurais, em especial, em propriedades de base familiar.

Nos municípios de Irauçuba, Betânia e Guaribas, a grande proporção (acima de 13%) de crianças com idade igual ou inferior a cinco anos revela grau de dependência elevado para as famílias e a comunidade, implicando pressão sobre as divisões de trabalho doméstico, além de demandas sobre o sistema de ensino e atendimento médico infantil. Considerando ainda que aproximadamente 60% da população nesses municípios está na faixa etária dos 15 aos 59 anos, ou seja, em idade ativa, é grande também a demanda por postos de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 - Indicadores demográficos – municípios pesquisados

	Ceará		Piauí		Rio Grande do Norte		Brasil
	Quixelô	Irauçuba	Betânia do Piauí	Guaribas	Cerro Corá	Taipu	
População total	15.596	19.560	8.640	4.814	10.839	11.531	169.799.170
Homens	7.963	9.907	4.379	2.421	5.403	5.973	83.576.015
Mulheres	7.633	9.653	4.261	2.393	5.436	5.558	86.223.155
População urbana	4.165	10.873	1.029	898	4.790	4.138	137.953.959
População rural	11.431	8.687	7.611	3.916	6.049	7.393	31.845.211
Grau de urbanização	26,71	55,59	11,91	18,65	44,19	35,89	81,25
Proporção de menores de 5 anos de idade na população	9,49	13,17	13,39	15,34	10,00	12,09	9,66
Proporção de adolescentes (10 a 19 anos)	23,33	24,84	26,76	28,01	25,24	24,46	20,78
Proporção de idosos (60 anos e mais)	10,37	8,74	7,04	5,35	11,19	9,06	8,51
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,99	66,99	56,17	56,11	60,78	61,00	68,55
Taxa de mortalidade infantil (1998) (1)	76,2	69,8	59,1	59,9	69,3	99,4	33,1
Taxa de mortalidade infantil (2001) (1)	28,04	37,41	6,99	37,04	30,93	4,74	19,91
Taxa de fecundidade	2,99	4,29	3,68	4,16	2,88	3,03	2,32
Taxa de analfabetismo da população (% entre a população de 15 anos e mais)	43,80	38,25	48,87	59,02	38,11	38,76	13,63

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991 e 2000.

(1) Indicador por mil nascidos vivos. Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Mortalidade, 1998 e 2001.

(2) Segundo cálculos do IBGE, as populações dos municípios de Betânia e Guaribas (PI) não têm perspectiva de chegar aos 60 anos.

Em todos os municípios, a população apresenta esperança de vida ao nascer abaixo da média nacional (68,55), sendo que Betânia do Piauí e Guaribas possuem os piores indicadores. No que se refere às taxas de mortalidade infantil, apesar de terem decrescido de forma significativa nos últimos anos, referidos índices ainda são preocupantes em Cerro Corá e Guaribas. Como esses dados estão relacionados às condições de vida e saúde, é de se esperar que existam sérias deficiências em relação à infra-estrutura de saneamento e abastecimento, ao atendimento médico, às condições de trabalho e de alimentação.

Em relação a indicadores de saúde, Taipu apresenta a melhor proporção entre leitos hospitalares e população residente. Referido indicador é relevante para medir o grau de atenção à saúde e se relaciona indiretamente ao padrão de vida digno, ressaltando-se que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 4,5 leitos/mil habitantes (Tabela 3).

As principais causas *mortis* variam entre as localidades, destacando-se os números relacionados a doenças infecto-parasitárias em Cerro Corá e as afecções no período perinatal em Guaribas. Os indicadores de morbidade, por sua vez, revelam a infeliz combinação de fatores como a precária estrutura sanitária, higiênica e nutricional das populações estudadas.

Tabela 3 - Indicadores de saúde - assistência médica

	Ceará		Piauí		Rio Grande do Norte		Brasil
	Quixelô	Irauçuba	Betânia do Piauí	Guaribas	Cerro Corá	Taipu	
Estabelecimentos de saúde	9	5	2	1	4	7	53.825
Leitos (1)	26	22	--	--	27	42	471.171
Leitos (% por mil habitantes) (2)	1,7	1,1	--	--	2,5	3,6	2,8

Fonte: SIH/SUS, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde - DATASUS/MS e IBGE.

(1) Alguns municípios não forneceram as informações a tempo para que o DATASUS pudesse incluí-los em sua publicação.

(2) Dados do Datasus de 2002/Censo 2000.

Quanto à economia, verifica-se que o PIB *per capita* dos municípios pesquisados está abaixo da média dos seus respectivos estados. Os PIBs *per capita* do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte foram calculados, em 2002, no valor de R\$ 2.113, R\$ 3.129 e R\$ 4.039, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4 - Indicadores econômicos – municípios pesquisados

	Ceará		Piauí		Rio Grande do Norte	
	Quixelô	Irauçuba	Betânia do Piauí	Guaribas	Cerro Corá	Taipú
PIB:						
Municipal (R\$ milhões)	26,6	28,9	10,2	3,7	21,4	32,6
<i>per capita</i> (R\$ 1,00)	1.711	1.426	1.123	862	1.961	2.751
Principais Produtos rurais:						
Agricultura	Arroz, milho e feijão	Feijão e milho (I)	Algodão e milho (I)	Milho e feijão (I)	Mandioca e castanha de caju	Cana-de-açúcar e mandioca
Pecuária (efetivo de rebanhos Mais produtos gerados)	Bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves/leite, mel	Bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves/leite	Bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves/mel	Bovinos, suínos	Bovinos, aves/leite	Bovinos, aves/leite e mel

Fonte: Dados dos Censos 1991 e 2000 tratados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Considerando-se os baixos níveis de renda *per capita* nesses municípios e um quadro de pobreza generalizada, torna-se difícil para o comitê local selecionar os beneficiários do cartão alimentação. O setor agropecuário é predominante em todos os municípios pesquisados, com ênfase em culturas básicas alimentares, confirmando a supremacia de estabelecimentos familiares (Foto 1).



Foto 1 – Mulher e crianças debulhando feijão - Cerro Corá (RN).

Fonte: Pesquisa direta.

Tendo em vista os indicadores socioeconômicos anteriormente comentados, os índices de desenvolvimento humano² (IDH) dos municípios pesquisados variam de baixo a médio, e estão situados entre aqueles de mais baixa classificação em seus respectivos estados (Tabela 5).

Tabela 5 - Índice de desenvolvimento humano – municípios pesquisados

IDH	Ceará (184 municípios)		Piauí (221 municípios)		Rio Grande do Norte (166 municípios)		Brasil
	Quixelô	Irauçuba	Betânia o Piauí	Guaribas	Cerro Corá	Taipu	
IDH 1991	0,503	0,493	0,380	0,356	0,477	0,433	-
IDH 2000	0,561	0,618	0,497	0,478	0,592	0,583	0,757
Posição no Estado (2000)	179º	117º	217º	221º	147º	155º	
Posição no Brasil (2000)	5214º	4337º	5490º	5505º	4815º	4921º	-

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005. IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), 2003.

(1) Os principais produtos dos três municípios apresentam produção inferior a R\$ 800,00 mil/ano.

² O IDH, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma referência do nível de atendimento das necessidades humanas básicas. É composto por três indicadores: 1) esperança de vida, educação e renda e se divide em três categorias: 1) baixo: de 0 a 0,5; 2) médio: 0,5 a 0,8; 3) alto: 0,8 a 1,0 (PNUD, 2005).

4 - PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FOME ZERO

A média de peso encontrada na mostra foi de 57kg, enquanto que a média de altura mostrou-se relativamente baixa (1,55m), o que proporciona um índice de massa corporal (IMC)³ de 23,73. Apenas 12,1% dos entrevistados possuíam peso acima de 70kg enquanto que 6,6% possuíam altura acima de 1,65m. Registre-se que todos os entrevistados tinham mais de 15 anos (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Faixa de peso dos entrevistados

Faixa de Peso	Quant. %	Rural (%)	Urbano %
De 30kg a 40kg	4,95	4,65	5,66
De 41kg a 50kg	25,27	25,58	24,53
De 51kg a 60kg	36,26	35,66	37,74
De 61kg a 70kg	20,88	22,48	16,98
De 71kg a 80kg	8,79	7,75	11,32
De 81kg a 90kg	3,30	3,88	1,89
Não consta	0,55	0,00	1,89

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Tabela 7 - Faixa de altura dos entrevistados (1)

Faixa de Altura	Quant (%)	Rural (%)	Urbano (%)
De 1,35m a 1,45m	4,40	5,43	1,89
De 1,46m a 1,55m	50,00	48,06	54,72
De 1,56m a 1,65m	36,81	38,76	32,08
De 1,66m a 1,75m	5,49	6,20	3,77
De 1,76m a 1,85m	1,10	0,00	3,77
Não consta	2,20	1,55	3,77

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

³ O IMC é utilizado para medir a obesidade de adultos, e é calculado dividindo-se o peso de um indivíduo pelo quadrado de sua estatura. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que IMC menor que 18,5 (para pessoas acima de 24 anos) é indicativo de *déficit* energético nos indivíduos. Índices entre 18,5 e 25,0% são considerados pesos normais, e índices acima de 25,0% são indicativos de obesidade. Registre-se, contudo, que o referido índice não leva em conta a massa muscular do indivíduo, de forma que o cálculo do índice não substitui uma avaliação clínica do indivíduo para se determinar a obesidade ou a desnutrição.

Não foi verificada relação positiva entre as variáveis (peso, altura) e o local de aplicação dos questionários, considerando que as médias são semelhantes para os meios urbano e rural (Tabelas 8 e 9). Também não foram observadas grandes discrepâncias em termos de gênero, apenas a manutenção dos padrões de diferenças para ambos os sexos.

Os baixos percentuais de *déficits* de peso observados não são suficientes para afirmar que o risco de desnutrição é igualmente baixo. Assim, a análise sobre as condições nutricionais deve ir além do índice de massa corporal, considerando que esse dado não revela a disponibilidade domiciliar de alimentos, ou a qualidade do consumo efetivo dos indivíduos.

4.1 - Escolaridade

Quanto em nível escolar, 30% da amostra se declara sem instrução; outros 18% são alfabetizados e 42% possuem primeiro grau incompleto⁴. A título de comparação, a taxa de analfabetismo do Nordeste é de 23,3%. Essas três faixas de escolaridade são mais comuns entre os pesquisados na zona rural. Os indivíduos com níveis educacionais mais elevados (primeiro grau completo e acima) encontram-se no meio urbano. Nesse conjunto, as duas únicas pessoas que informaram possuir ensino superior completo residem no meio urbano (Gráfico 1).

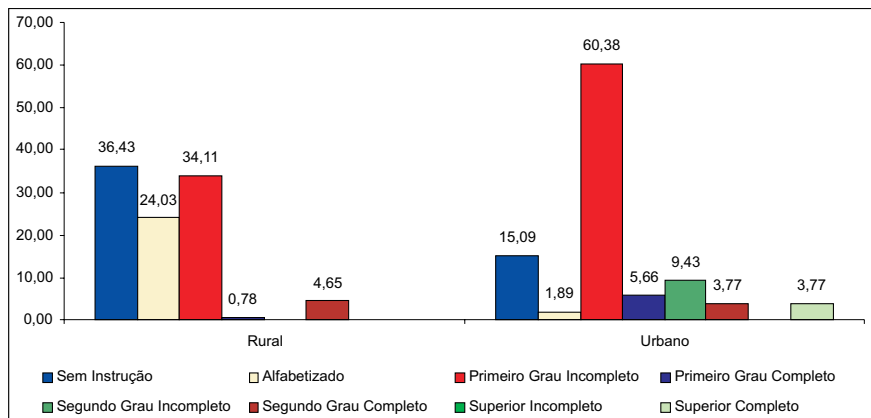


Gráfico 1 - Nível de escolaridade

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

⁴ O Ministério da Educação adota atualmente a nomenclatura de "ensino fundamental" que equivale ao antigo sistema de primeiro grau; o "ensino médio" corresponde ao segundo grau.

Para o corte de gênero, observou-se pequena melhoria das condições educacionais em favor das mulheres, o que de certa forma confirma a situação educacional observada no Brasil como um todo, considerando que atualmente as mulheres apresentam níveis de instrução ligeiramente superiores em comparação com os homens (Tabela 8).

Tabela 8 - Níveis de escolaridade dos entrevistados, por sexo

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Sem Instrução	30,22	36,00	29,30
Alfabetizado	17,58	36,00	14,65
Primeiro Grau Incompleto	41,76	28,00	43,95
Primeiro Grau Completo	2,20	0,00	2,55
Segundo Grau Incompleto	2,75	0,00	3,18
Segundo Grau Completo	4,40	0,00	5,10
Superior Incompleto	0,00	0,00	0,00
Superior Completo	1,10	0,00	1,27

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Registre-se que a oferta de escolas, nos municípios pesquisados, é ainda restrita. Com a exceção do município de Irauçuba, as demais localidades possuem apenas uma escola de nível médio. Não existem faculdades ou escolas de nível superior nesses municípios. Ao todo, são 201 escolas de ensino fundamental nos seis municípios em questão (Tabela 9).

Tabela 9 - Quantidade de escolas por município

	Ceará		Piauí		Rio Grande do Norte	
	Quixelô	Irauçuba	Betânia do Piauí	Guaribas	Cerro Corá	Taipu
Ensino fundamental	35	61	34	16	27	28
Ensino médio (1)	1	2	1	1	1	1

Fonte: IBGE. Censo Escolar, 2003.

(1) Todas as escolas pertencem à rede pública estadual.

No cruzamento de dados, não se pode observar correlação importante entre o nível de instrução do entrevistado e a frequência das crianças à escola. Para todos os estratos de escolaridade, o acesso dos filhos ao ensino escolar é predominante sobre o não-acesso. Note-se, contudo, que as crianças que não frequentam escola (4%) são filhas de pais (entrevistados) sem instrução ou somente alfabetizados. A média de crianças em idade escolar fora da escola (3%), contudo, está na média regional, já que, no Nordeste, esse percentual é de 4%. É importante

frisar que um dos compromissos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é a manutenção dos filhos em idade escolar na escola (Gráfico 2).

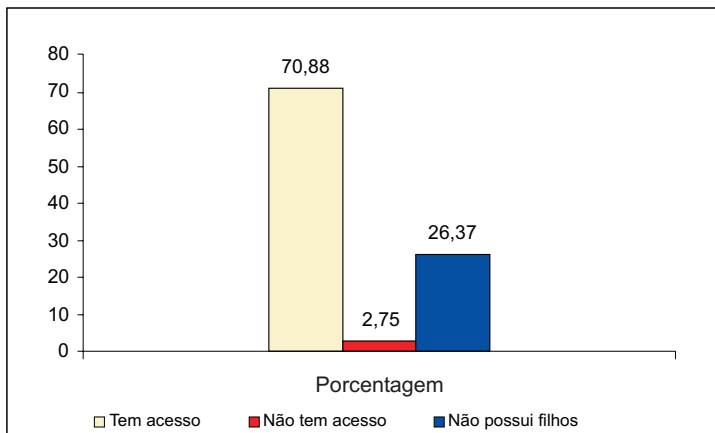


Gráfico 2 - Acesso dos filhos à escola (%)

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

4.2 - Condições de Habitação

Quanto à responsabilidade domiciliar, cerca de 30% dos entrevistados são os chefes do domicílio, outros 63% são cônjuges do chefe, e 5% são filhos dos chefes. Foram encontrados 18 idosos (pessoas acima de 65 anos), o que significa dizer que 10% dos domicílios têm pelo menos um idoso. A média de residentes por domicílio é de 4 pessoas para ambas as áreas, assim como a média de 1 criança por domicílio.

O número médio de cômodos é de 4 (meio rural) e 5 (meio urbano), sendo dois destinados para dormitório (ambas localidades). Cerca de 88% dos beneficiários da zona rural e 72% da urbana residem em moradia própria, enquanto que 6% dos entrevistados urbanos residem em casas alugadas. Em contraposição, 3% das pessoas no meio rural afirmam que sua condição de moradia é "sem-teto". Presume-se que essas famílias, não tendo moradia própria, morem "de favor" em casa de parentes, vizinhos ou amigos. Essa condição pode ser agrupada a outros tipos de convivências tais como moradia emprestada ou cedida (10% da amostra).

Em relação à caracterização da moradia, a maior parte dos residentes rurais (45%) estão em casas rústicas (de taipa) e casas de alvenaria (36%). No meio urbano, as moradias de alvenaria representam 74% e taipa, 8%. Na classificação "construções rústicas", a quantidade total de casas de adobe, para ambas localidades, é de 16% (Gráfico 3, Fotos 2 e 3).

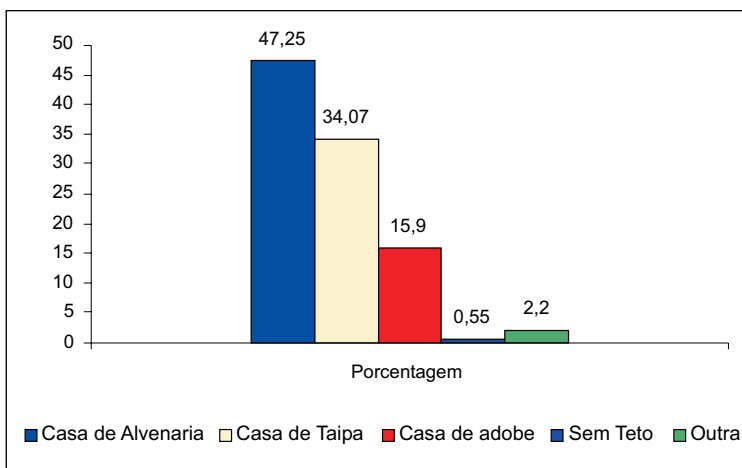


Gráfico 3 - Tipo de habitação

Fonte: BNB. Pesquisa direta.



Foto 2 - Moradia de beneficiário do Programa Fome Zero - Guaribas (PI)

Fonte: Pesquisa direta.

Quanto às fontes de energia, na zona urbana, a grande maioria (quase 94%) dos domicílios utilizam a rede elétrica e somente 6% servem-se de querosene. Para o meio rural 60% utilizam a rede elétrica; 33% usam querosene; e 8%, gás.

Como era esperado, a população rural encontra-se menos atendida em relação a serviços de infra-estrutura em comparação com os moradores da zona urbana. Assim, conforme os Gráficos 4 e 5, tem-se somente 2% dos domicílios

rurais com rede pública de esgotamento sanitário, contra 19% dos domicílios urbanos. Nesses últimos, também é mais comum o uso de fossas (49% *versus* 33% no meio rural). O esgoto a céu aberto encontra-se em maior proporção no meio rural (71% *versus* 43% no meio urbano).



Foto 3 – Moradia de beneficiário do Programa Fome Zero - Betânia do Piauí (PI)

Fonte: Pesquisa direta.

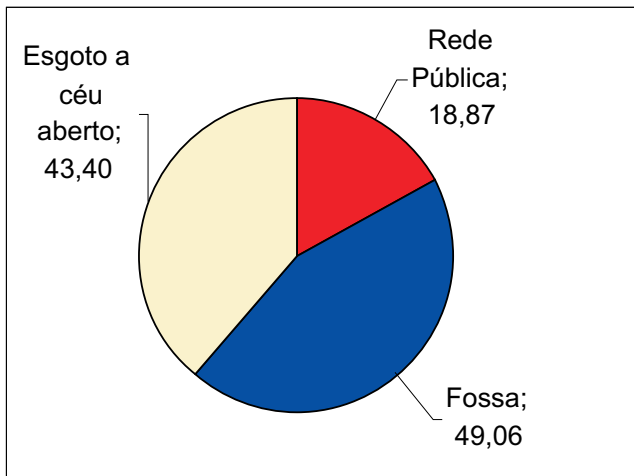


Gráfico 4 - Tipo de esgoto sanitário da residência em zona urbana

Fonte: BNB. Pesquisa direta

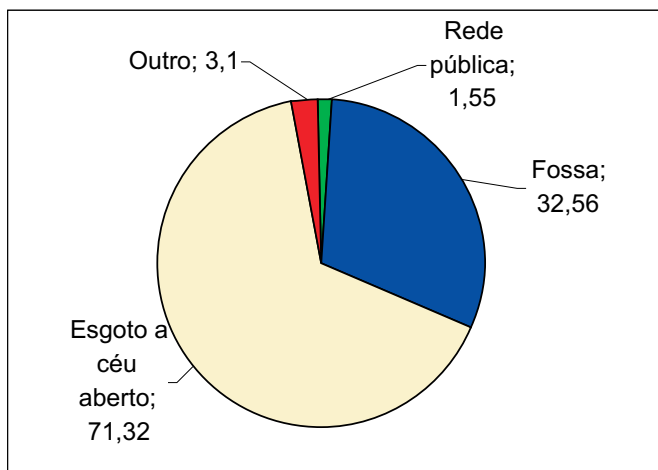


Gráfico 5 - Tipo de esgoto sanitário da residência em zona rural

Fonte: BNB. Pesquisa direta

Ilustrando a precariedade do fornecimento de água para parte significativa dos entrevistados, quase 20% dos entrevistados se abastecem em olhos d'água, 10% em açudes e 9% em barreiros, ou áreas alagadiças, sendo que, no meio rural, essas e outras fontes improvisadas beneficiam mais da metade da amostra (62%). Na Foto 4, pode-se observar a precariedade de abastecimento d'água destas famílias.

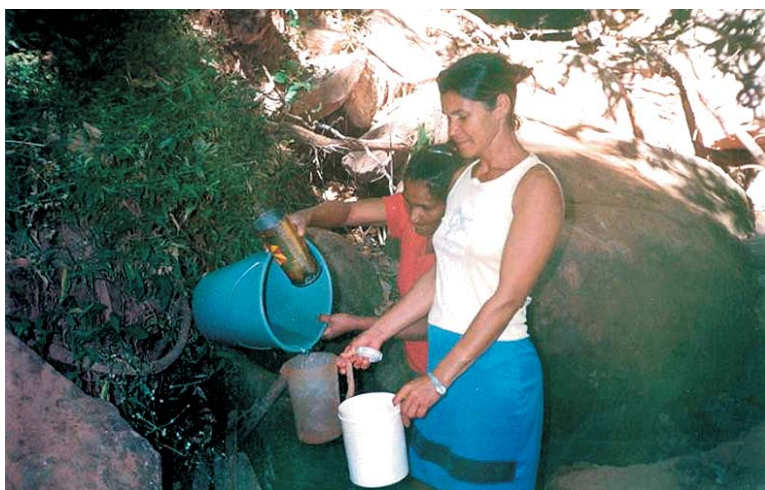


Foto 4 - Fonte de abastecimento de água - Guaribas (PI)

Fonte: Pesquisa direta.

No meio urbano, diferentemente, a predominância é da rede pública, com encanamento interno, porém em percentual pouco satisfatório (49%). Observar, nas Fotos 5 e 6, formas e equipamentos de coleta de água urbana. No meio rural, essa proporção é de apenas 9%, ou 12 domicílios, a categoria “rede pública com torneira externa ou chafariz” está presente em 15% e a “cisterna ou poço da própria casa” em 11% (Gráficos 6 e 7).



Foto 5 - Equipamento de coleta de água urbana - Cerro Corá (RN)
Fonte: Pesquisa direta.

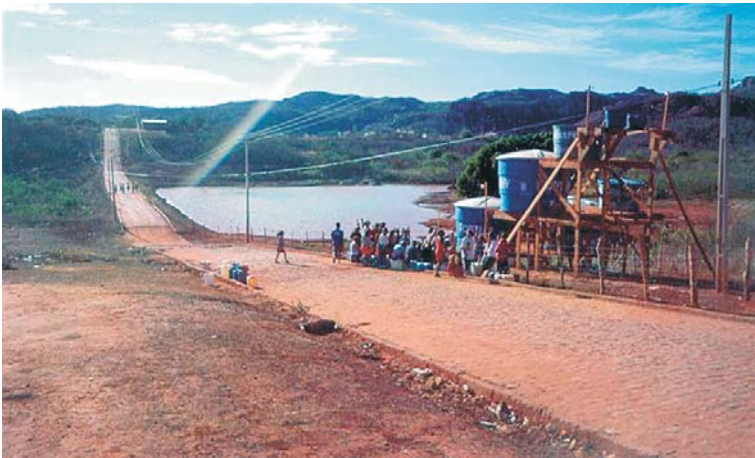


Foto 6 - Forma e equipamentos de coleta e abastecimento de água urbana - Cerro Corá (RN)
Fonte: Pesquisa direta.

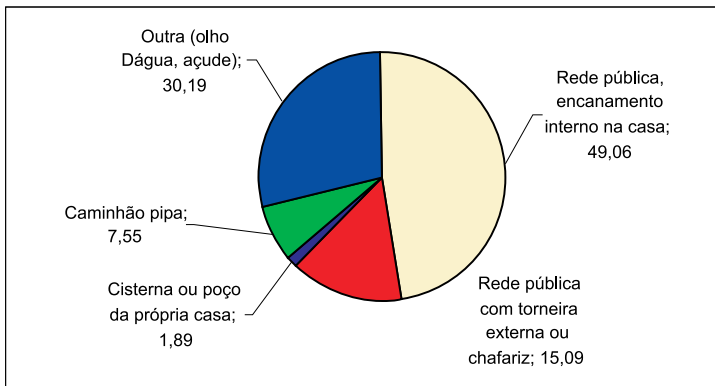


Gráfico 6 - Fontes de fornecimento d'água na zona urbana (a)
 Fonte: BNB. Pesquisa direta.

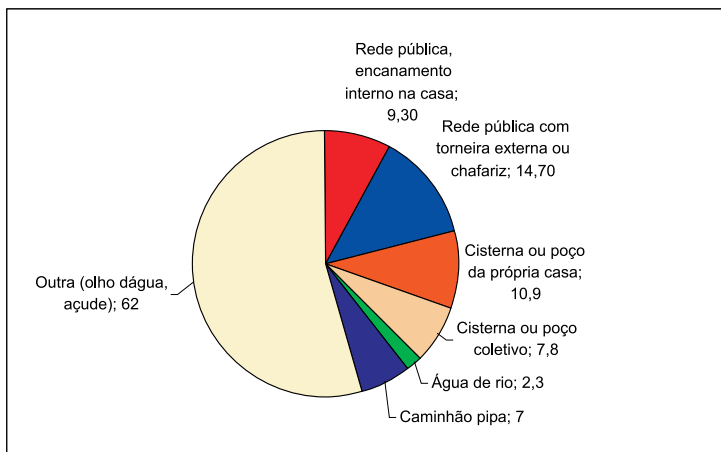


Gráfico 7 - Fontes de fornecimento d'água na zona rural (b)
 Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Em relação ao destino do lixo doméstico, a queima e o depósito em local próximo à residência são as práticas mais comuns no meio rural (53 e 61%, respectivamente). No meio urbano, contudo, verifica-se o serviço de coleta pela prefeitura (em 71% dos domicílios) e o depósito próximo à residência (30%). Fica evidenciada, mais uma vez, a precariedade da oferta de serviços básicos para considerável parcela dos beneficiários.

4.3 - Segurança Alimentar

No entender de Pessanha (1998), dois fatores determinam o acesso aos alimentos, quais sejam: “o poder aquisitivo necessário para os indivíduos que atuam em mecanismos descentralizados de produção e consumo; e a propriedade de meios de produção de alimentos no caso dos produtores rurais de alimentos de subsistência”. Com base nessa premissa, buscou-se, explorar, nas tabelas a seguir, os conteúdos referentes às questões ligadas à capacidade de acesso da população aos alimentos, bem como à qualidade nutricional dos alimentos por ela consumidos, seja nos seus aspectos nutricional ou sanitário⁵.

A quantidade de alimentos ingeridos é insuficiente, de acordo com as declarações de 72% dos entrevistados (74% nos domicílios rurais e 68% nos urbanos). Como causas da escassez, as pessoas afirmam que os recursos financeiros são insuficientes (42% das respostas), além disso, 15% apontam a falta trabalho/emprego. Alguns entrevistados explicam que precisam administrar os recursos para o mês inteiro, razão pela qual adquirem poucas quantidades de alimentos diariamente (Gráfico 8).

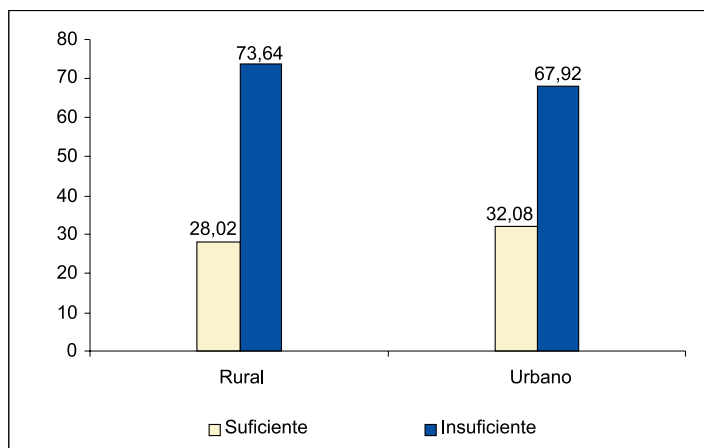


Gráfico 8 - Quantidade de alimentos consumidos

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

⁵ Cabe considerar que todas as inferências sobre quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pelos entrevistados e suas famílias foram feitas com base nos pontos de vista dos próprios entrevistados e no seu grau de entendimento e nível de informação sobre a questão. Significa que o julgamento expresso sobre quantidade e qualidade ideais dos alimentos consumidos não necessariamente reflete as condições ideais em termos de atributos nutricionais e sanitários adequados às necessidades dessas famílias (alimentos com boas qualidades nutricionais e livres de contaminações de natureza química, biológica e física etc).

Essas respostas confirmam um pressuposto do Programa Fome Zero de que a insuficiência de renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem em quantidade adequada. Mais de um décimo (13%) informaram que não tiveram produção agrícola suficiente em decorrência da seca ou falta de inverno (período chuvoso curto), do ataque de pragas, ou mesmo da baixa produtividade por não utilizarem tecnologias adequadas (INSTITUTO..., 2001; Pesquisa Direta).

Dessa forma, mesmo que, em tese, as famílias que produzem bens agrícolas sejam menos susceptíveis à fome, deve-se lembrar que grande parte delas não produz o suficiente para o autoconsumo. O cruzamento dos dados mostra que, em 98 dos 138 domicílios que produzem grãos, ou seja 71,0%, a quantidade de alimentos disponíveis para o consumo familiar é insuficiente. Pode-se inferir que esses agricultores entrevistados não dispõem de base material adequada (recursos financeiros, terra de trabalho, água etc) para garantir a subsistência da própria família. Ademais, deve-se lembrar a forte interação dos agricultores com o meio agroecológico, tornando-se bastante vulneráveis aos fatores adversos, tais como as estiagens comuns no semi-árido nordestino. Sem contar com a vulnerabilidade decorrente de eventuais declínios ou flutuações dos preços dos produtos agrícolas.

Sobre a qualidade dos alimentos ingeridos no meio rural, um maior número de entrevistados tende a considerá-los de boa qualidade (67%), enquanto os entrevistados urbanos se dividem entre a classificação boa (55%) e ruim (45%). Por meio da correlação entre consumo e produção agrícola familiar, infere-se que a melhor qualidade dos alimentos no campo é decorrente da produção agrícola praticada em grande número dos domicílios rurais.

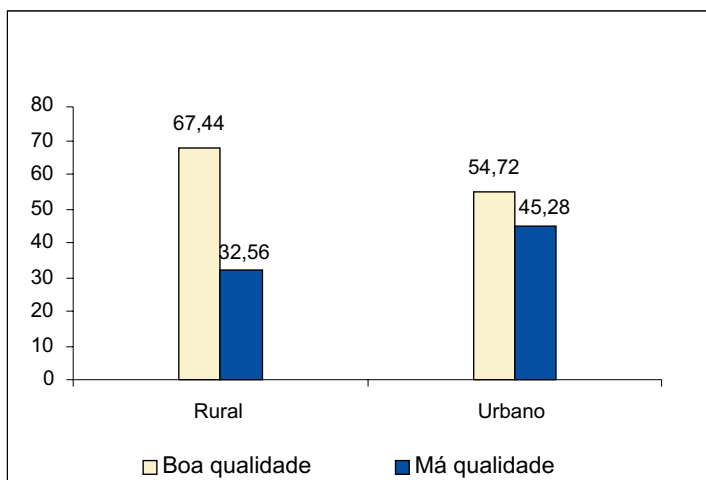


Gráfico 9 - Qualidade dos alimentos consumidos

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Para aqueles entrevistados que avaliam como ruim a qualidade dos alimentos ingeridos, 44% deles informam que os produtos de melhor qualidade são caros e, sendo a renda insuficiente, adquirem os produtos mais baratos, supostamente de menor qualidade. Outros 19% indicam que o consumo é pouco diversificado e o mercado local não oferece bons produtos.

A partir do cruzamento das informações relativas à produção e consumo, nota-se que o feijão é o alimento de maior produção e consumo. Em relação à mandioca, o consumo ocorre em maior quantidade de domicílios quando comparado com aqueles que a produzem. Em contraposição, o milho apresenta maior contingente de produtores que de consumidores. Supõe-se que a mandioca é o produto freqüentemente demandado no mercado local enquanto o milho é ofertado (Tabela 10).

Deve-se considerar que apesar de a mandioca ser uma planta rústica e capaz de adaptar-se a muitas condições adversas, possui restrições a solos compactados, desenvolvendo-se melhor em solos mais soltos, em geral, nas várzeas. Por isso, nem sempre os solos apropriados para o cultivo do milho e feijão o são para a cultura da mandioca. Daí que é comum entre agricultores familiares se observar, em roçados de mandioca, o consórcio com milho e feijão no primeiro ano; porém nem sempre é possível a implantação de mandioca em roçados de feijão e milho, pois a decisão de cultivo da planta é limitada pelo tipo de solo predominante na área. Este fator pode explicar a constatação de maior consumo que produção de mandioca entre os domicílios pesquisados no presente estudo.

Tabela 10 - Bens mais produzidos *versus* freqüência com que são consumidos pelas famílias (%)

Bens Mais Produzidos X Consumo de Alimentos	Periodicidade					
	Diária-Mente	6 ou 5 Vezes/Semana	4 ou 3 Vezes/Semana	2 ou 1 Vez/Semana	Rara-Mente	Não Conso-me
Feijão (139 domicílios produzem)	73,08	2,20	1,10	0,00	0,00	0,00
Tubérculos / Raízes – mandioca (32 domicílios produzem)	26,37	2,75	9,34	15,93	15,38	1,65

Fonte: BNB. Pesquisa direta

- (1) Bem produzido por 40% das famílias
- (2) Bem produzido por 18% das famílias
- (3) Bem produzido por 71% das famílias

Tabela 11 - Tipos de bens mais produzidos *versus* frequência com que são consumidos pelas famílias (%)

Alimentos	Diariamente (a)	6 ou 5 vezes por semana (b)	4 ou 3 vezes por semana (c)	Subtotal (a+b+c)	2 ou 1 vez por semana	Raramente	Não consome
1. Carnes	2,75	1,65	17,58	21,98	32,42	15,93	0,55
2. Peixes	4,40	0,00	6,04	10,44	7,69	19,23	33,52
3. Ovos	14,84	2,75	13,19	30,77	16,48	18,13	4,95
4. Arroz	56,59	2,75	6,59	65,93	4,95	0,00	0,00
5. Feijão	66,48	2,20	1,65	70,33	0,55	0,00	0,00
6. Milho / Derivados	28,02	1,65	10,44	40,11	14,84	12,64	2,75
7. Tubérculos / Raízes	26,37	1,65	4,95	32,96	12,64	17,58	7,69
8. Legumes / Verduras	11,54	0,55	4,95	17,03	12,64	29,12	12,09
9. Frutas	1,65	0,00	3,85	5,50	11,54	31,87	21,43
10. Leite	21,98	1,10	4,95	28,02	5,49	17,58	19,78
11. Queijos / Requeijão	0,55	1,10	0,55	2,20	2,20	9,34	56,59
12. Pães / Bolachas	12,64	1,65	12,64	26,93	19,78	16,48	7,69
13. Macarrão	19,78	1,10	9,34	30,22	15,93	18,68	6,04
14. Açúcar / Doces / Rapadura	62,64	2,75	3,30	68,68	1,65	0,55	0,00
15. Margarina / Manteiga / Nata	14,29	3,30	8,24	25,83	8,79	13,74	21,98
16. Óleos / Gorduras	54,40	3,85	7,69	65,94	2,20	1,10	1,10

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Conforme Tabela 11, os alimentos comumente ingeridos (no mínimo três vezes por semana) são arroz, feijão, açúcar/doces/rapadura, óleos e gorduras, milho/derivados e raízes/tubérculos. Em contraposição, os “não consumidos” ou “raramente consumidos” são representados por queijos/requeijão, peixes, frutas, margarina/manteiga/nata, leite e legumes/verduras. Registre-se que tais alimentos têm grande importância na composição da dieta alimentar do dia-a-dia, em virtude do conteúdo equilibrado de nutrientes fundamentais para a manutenção da saúde humana. Entretanto, as populações de baixa renda não têm acesso a esse tipo de alimento, em virtude de serem oferecidos a preços incompatíveis com a capacidade de aquisição dessa camada da população.

Sabe-se que a segurança nutricional depende da superação de carências essenciais de minerais e vitaminas que se superpõem e influenciam umas às outras. No caso dos legumes e verduras, pela sua composição em termos de vitaminas,

ferro, sais minerais e fibras, existe a recomendação, por parte de especialistas, de que pelo menos quatro porções componham o cardápio diário de um adulto.

Importante observar que a mistura de feijão e arroz equivale a uma combinação protéica de origem vegetal de bom aproveitamento biológico. Esses alimentos se completam, tendo em vista que a quantidade do aminoácido lisina, que é limitante no arroz, é abundante no feijão. Essa condição propicia a síntese da proteína no organismo.

Por outro lado, a carência de proteínas de origem animal é evidente, tendo em vista o baixo consumo de carnes, leite, ovos e peixes. Tomando-se a frequência "2 ou 1 vez por semana", é possível verificar que a ingestão de alimentos como carne, ovos, pães, bolachas e macarrão – fontes importantes de proteína e carboidratos-se dá de maneira esporádica.

Aqui cabe lembrar a baixa estatura apresentada pelos entrevistadas (Tabela 8), a qual pode estar relacionada à carência de ingestão de Vitamina A, que prejudica o crescimento e o desenvolvimento do organismo humano nos primeiros anos de vida. A carência de Vitamina A no organismo resulta da falta de ingestão (ou pouca ingestão) de alguns alimentos de origem vegetal (folhas da cor verde-escuro, frutos e verduras nas cores amarelo, alaranjado ou vermelho) e animal (fígado, gema de ovo, leite, manteiga, queijo), todos com baixo índice de consumo cotidiano pelo grupo pesquisado.

Observou-se, ainda, variação da periodicidade das refeições para adultos e crianças. Enquanto os primeiros almoçam e jantam com mais frequência, os lanches e merendas são mais comuns às crianças. Para todos os grupos – rural, urbano, adulto ou infantil – as principais refeições são o almoço e o jantar, sendo também presente em mais de 50% dos casos o desjejum ou café da manhã. Entretanto, a regularidade de três refeições diárias não é observada em nenhuma estratificação por grupo.

Quanto à conservação de alimentos, apenas 30% das residências dispunham de geladeira, sendo que nos domicílios rurais e urbanos referidas porcentagens são de 23% e 45%, respectivamente. A disponibilidade de fogão a gás é menos restrita, considerando que 62% dos domicílios rurais e 77% dos urbanos possuíam esse equipamento.

4.4 - Saúde

Devido aos indicadores de má qualidade nutricional, habitação e saneamento captados pela pesquisa de campo, supõe-se que as doenças mais comuns sejam aquelas relacionadas a diarreia e infecções parasitárias. Em comparação aos dados de saúde para o Nordeste⁶, pode-se verificar pouca correlação ao encontrado na

pesquisa de campo, considerando que a doença mais comum apontada entre os entrevistados é a gripe (Tabela 12).

Tabela 12 - Doenças mais comuns (%)

Doenças Mais Comuns	Rural	Urbano	Total
Gripe	78,29	73,58	76,92
Dor de Cabeça	10,08	16,98	12,09
Febre	7,75	15,09	9,89
Vermes	6,98	7,55	7,14
Hipertensão	6,20	3,77	5,49
Pressão Alta	3,88	3,77	3,85
Dor na Coluna	3,10	5,66	3,85
Anemia	3,88	1,89	3,30
Problemas Respiratórios	3,10	0,00	2,20
Epilepsia	2,33	1,89	2,20
Alergia / Rinite	1,55	3,77	2,20

Fonte: BNB. Pesquisa de direta.

Ressalte-se ainda que as verminoses aparecem em quarto lugar na lista das doenças mais comuns. É possível inferir que isso ocorra devido ao pouco esclarecimento sobre essa enfermidade, que não é percebida como doença pelo público em questão, bem como das precárias condições de higiene em algumas habitações, conforme se pode observar na Foto 7.



Foto 7 - Condições de moradia de beneficiários do Programa Fome Zero (Cerro Corá, RN)

Fonte: Pesquisa direta.

⁶ Dados fornecidos pelo Programa Saúde da Família, sobre morbidade e causas de internação na rede hospitalar.

Ao efetuar-se o cruzamento da ocorrência de gripe com a frequência da doença em uma mesma pessoa, ocorre reincidência mensal em 50% dos casos. Sabendo-se que a carência nutricional deprime as defesas do organismo, em especial, aquelas contra as infecções respiratórias (BARATA, 2004). Acredita-se, portanto, que o grande número de casos de gripe pode estar associado à desnutrição a que estão submetidas as famílias entrevistadas.

Estudos alertam para o fato de que o *déficit* nutritivo e os episódios de infecções respiratórias agudas (IRA) criam um ciclo vicioso que amplia os riscos de morte na infância (BARATA, 2004; YAMAMOTO et al., 2004). A desnutrição pode ser causada também pela precária higiene alimentar e infecções recorrentes que debilitam o organismo, impedindo uma boa absorção dos nutrientes ingeridos. Tem-se, portanto, desenhado no público pesquisado, uma complexa sucessão de carências, não apenas do ponto de vista da segurança nutricional, mas de fatores variados como saúde e condições de moradia.

Quanto ao atendimento médico, as famílias urbanas e rurais têm acesso semelhante: cerca de 68% utilizam hospitais públicos; 50% são atendidas por agentes de saúde domiciliar e 48% são atendidos em postos de saúde. Apenas seis entrevistados (3%) declararam não possuir assistência médico-hospitalar.

A forma de tratamento mais comum, em especial, para a gripe, é por meio de orientação médica (63%), enquanto o autotratamento ocorre em 45% dos casos. A internação ocorre em 33% dos casos e o tratamento em casa, em 81%. Verifica-se, também, a utilização freqüente de ervas e medicamentos naturais (88%).

5 - OCUPAÇÃO E RENDA

Os produtores rurais constituíram a categoria de maior representação dentre os entrevistados (82%). Dentre esses produtores rurais, cerca de 30% são ocupantes e 28%, proprietários, percentual maior que a soma dos arrendatários e parceiros. Podem ocorrer casos em que o produtor se enquadra em mais de uma opção (Tabela 13).

Tabela 13 - Condição de produtor rural⁷

Condição de Produtor Rural	% em Relação aos Entrevistados	% em Relação aos Produtores Rurais
Proprietário	23,16	28,39
Arrendatário	12,63	15,48
Parceiro	11,58	14,19
Ocupante	24,74	30,32
Diarista	0,53	0,65
Sem Terra	8,95	10,97
Outra	0,00	0,00
Não é produtor rural	18,42	---

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

O número de diaristas declarados, menos de 1%, é bastante inferior ao observado em outras respostas do questionário. Supõe-se que isso ocorra devido à condição irregular e eventual do trabalho, razão pela qual os entrevistados não citam essa atividade. Isso talvez sirva de explicação para o enorme contingente de trabalhadores informais, especialmente no campo, conforme Gráfico 10.

Aproximadamente 9% dos entrevistados se intitula "sem terra", o restante se distribui entre proprietários de até 10 hectares (57%) e proprietário de 11 a 30 ha (10%). Apenas 1 (ou menos de 1%) entrevistado declara possuir propriedade de 201 a 500 ha (Tabela 14).

⁷ As Tabelas 13 e 14 apresentam alguns números divergentes entre si, isso se explica porque os entrevistados, por vezes, confundem-se em suas respostas, ademais, no questionário não estão previstos auto-ajustes dos dados. Dessa forma, prefere-se deixar explícita a discrepância, mantendo cuidado na análise das informações, sabendo-se que tal divergência não afeta a qualidade da pesquisa.

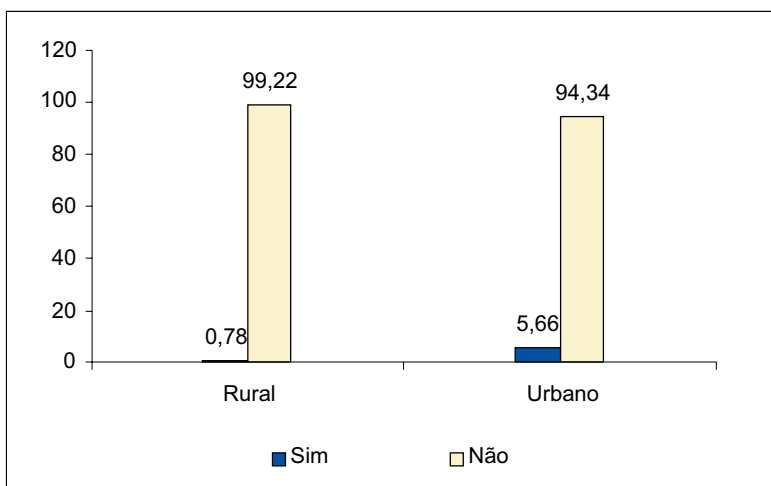


Gráfico 10 - Possui carteira assinada? (%)

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Tabela 14 - Tamanho da propriedade rural

Tamanho da Propriedade Rural	%
Família sem-terra	8,95
Até 10 hectares	57,14
De 11 a 30 hectares	9,89
De 31 a 50 hectares	2,20
De 51 a 100 hectares	1,65
De 101 a 200 hectares	0,00
De 201 a 500 hectares	0,55
Acima de 500 hectares	0,00
Não é produtor rural	19,23

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Quanto à profissão, 70% dos entrevistados e 71% dos chefes de família são “agricultores, pescadores ou trabalhadores rurais”; outros 16% dos entrevistados são donas de casa e 12%, trabalhadoras domésticas. Essas duas últimas categorias possuem maior representatividade na zona urbana. Sabe-se que no meio rural, é comum as mulheres, assim como todos os membros da família, se engajarem nas atividades agrícolas. Isso explica a grande proporção de entrevistadas que se declaram simultaneamente donas de casa e agricultoras, implicando acúmulo de funções. Entre os homens, a dupla função também é habitual, com o diferencial

que esses, além de trabalharem na própria lavoura, fazem serviços esporádicos em outras propriedades agropecuárias, ou exercem atividades não-agrícolas em açougues e construção civil.

A taxa de ocupação na família é de apenas uma pessoa, em média, representando uma baixa proporção, considerando-se que o número médio de indivíduos por domicílio é de quatro pessoas tendo, em média, apenas uma criança. Isso significa níveis de desocupação elevados, que podem ser verificados com os números da pesquisa: dentre os chefes da família, 2/3 estão desempregados. Desse montante, 70% são agricultores e 8%, donas de casa. A duração do desemprego é superior a dois anos para 30%; para 16% o tempo de desemprego situa-se entre um a dois anos, e para 12%, menos de um ano.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que as definições de desemprego e desocupação se confundem nas falas dos entrevistados. Além disso, as ocupações de doméstica e de agricultor na própria propriedade não são consideradas como emprego, constituindo-se, às vezes, em refúgios de parte da mão-de-obra familiar que, em tese, poderia se inserir no mercado de trabalho.

Em relação a rendimentos, verificou-se que 57,1% dos domicílios entrevistados possuem renda *per capita* mensal de até R\$ 30 (aproximadamente US\$ 10), e 93,3% dos entrevistados possuem renda *per capita* mensal de até R\$ 100 (aproximadamente US\$ 33). Apenas 6,7% das famílias entrevistadas declararam possuir renda *per capita* mensal acima de R\$ 100. Considerando-se a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial, que considera que as pessoas que ganham menos de US\$ 1 por dia podem ser reputadas como pobres, verifica-se que a quase totalidade da amostra pesquisada encontra-se na faixa de pobreza definida por aquela agência de desenvolvimento.

Registre-se que, no cálculo dessa renda, estão computados os auxílios governamentais recebidos por essas famílias. Quando excluem-se as transferências governamentais, a renda média dessas famílias se deteriora consideravelmente. Assim é que, excluindo-se as transferências governamentais, 21,9% dos entrevistados não teriam renda monetária, enquanto que 69,7% dos entrevistados teriam renda *per capita* de até R\$ 20 por mês (aproximadamente US\$ 7). Nessas condições, 5,5% dos entrevistados possuíam renda *per capita* acima de R\$ 100 por mês⁸, o que corresponde a nove domicílios da amostra (Tabela 15). Tal fato sinaliza para a existência de algumas distorções no programa compatíveis com as apontadas pelo

⁸ O Programa Bolsa Família que unificou todos os programas de transferência de renda então existentes – inclusive o Cartão Alimentação – tem como público as famílias em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 100 mensais. Já o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal estabelece a linha divisória de renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Tribunal de Contas da União (Brasil. Tribunal..., 2003) na sua avaliação do Cadastro Único. O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que há inclusão indevida de famílias como público de programas sociais. Esse Órgão recomenda capacitação dos agentes envolvidos no processo de cadastramento e estabelecimento de críticas no sistema de registro a fim de melhor focalizar os beneficiários (Tabela 17).

Cabe lembrar, ainda, que a pergunta sobre o valor da previdência e/ou aposentadoria refere-se apenas à pessoa que responde ao questionário, não se fazendo menção a outros moradores que também têm acesso a esse benefício social. Ressalte-se, ainda, que a renda declarada na pesquisa de campo inclui os benefícios transferidos via programas governamentais e ainda assim, em 84% das famílias, a renda *per capita* não supera R\$ 60,00.

Tabela 15 - Faixas de renda *versus* recebimento de auxílio monetário (1)

Escalas de Renda (R\$)	Renda Familiar Per Capita + Auxílio Monetário (%)	Renda Familiar Per Capita sem Auxílio Monetário (%)
Sem renda	2,20	21,98
0,50 – 10,00	6,59	26,92
10,00 – 20,00	24,73	20,88
20,00 – 30,00	23,63	6,59
30,00 – 40,00	13,19	6,59
40,00 – 50,00	7,14	3,85
50,00 – 60,00	6,59	3,30
60,00 – 70,00	3,30	1,10
70,00 – 80,00	2,75	2,20
80,00 – 90,00	2,75	0,55
90,00 – 100,00	0,55	0,55
100,00 – 150,00	3,85	3,30
150,00 – 200,00	1,10	1,10
+ de 200,00	1,65	1,10

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

(1) Transferência do governo, auxílios sociais e ajudas em espécie

Em termos médios, a renda mensal por domicílio importou em apenas R\$ 173,53, (aproximadamente US\$ 58), o que perfaz uma renda *per capita* mensal de R\$ 35,32 (aproximadamente US\$ 12). As transferências governamentais estão computadas no cálculo dessas rendas monetárias. Em média, referidas transferências representavam R\$ 66,43 (aproximadamente US\$ 22) por domicílio pesquisado. A renda média mensal *per capita*, excluindo-se as transferências governamentais, importou em R\$ 21,80 (aproximadamente US\$ 7), conforme apresentado na Tabela 16.

Tabela 16 - Rendas Médias dos Domicílios, Em (R\$ 1,00)

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Constatou-se também que as rendas não são constantes para 70% das famílias pesquisadas, em função dos entrevistados possuírem ocupações esporádicas – como diarista, especialmente (24%) e considerando que as condições climáticas (seca ou falta de chuvas em quantidade suficiente), reduz a oferta de trabalho para 18% (Tabela 17).

Tabela 17 - Motivo pelo qual a receita da família não é constante

	Motivos			%
	Ocupação fora da lavoura é esporádica			23,94
	Depende do inverno/condições climáticas			18,31
	Falta emprego/trabalho			12,68
	Família depende de repasses do governo (bolsas)			11,97
	Fatores adversos à lavoura (chuvas, etc)			5,63
	Não possui tecnologias			4,23
Renda média mensal por domicílio (A)	210,23	158,46	173,53	
Média dos auxílios monetários (B)	64,91	67,43	66,43	
% (A) / (B)	Há períodos de entressafra	30,45	42,55	38,28
Mensal <i>per capita</i>	Outras respostas	42,85	32,24	35,32
Renda média mensal <i>per capita</i> , exceto (B)	29,80	18,52	21,80	

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

A maioria dos entrevistados (80%) afirmou não receber ajuda de entidades de apoio social, parentes, amigos ou governo (cesta-básica); 11% recebem dinheiro; e outros 9% são ajudados com o fornecimento de leite, arroz, feijão, carne e açúcar ou refeições. Apenas 4% dos entrevistados informaram que os auxílios recebidos têm caráter diário. Para outros 12% essa ajuda é mensal ou ocasional. Quanto a outros benefícios governamentais, 88% das pessoas informaram receber vale-gás, 74%, o bolsa ou cartão-alimentação e 32%, o bolsa-escola (Tabela 18).

Registre-se que alguns entrevistados, quando da realização da pesquisa, embora estivessem cadastrados no Programa Fome Zero, ainda não estavam recebendo o cartão alimentação ou outro tipo de transferência governamental. De fato, 3,8% dos entrevistados declararam que não estavam recebendo, naquela ocasião, benefícios governamentais.

Tabela 18 - Outro tipo de ajuda ou benefício recebido pelo entrevistado

Tipo de Ajuda / Benefício	Total (%)
Bolsa-Escola	32,42
Ajuda em Dinheiro	2,20
Cartão do Cidadão	15,93
Vale-Gás	87,91
Bolsa/cartão alimentação	73,63
PETI (1)	5,49
Outras	3,30

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

(1) Transferências do governo, auxílios sociais e ajudas em espécie.

Quanto ao pagamento de instituições para fins de aposentadoria, somente 27% o fazem, e dentre esse conjunto, 82% das contribuições são destinadas aos sindicatos de trabalhadores rurais. Entre os que recebem algum tipo de previdência (14%), o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) aparecem em 3% das respostas, cada. Outros 5% informaram receber aposentadoria, sem, contudo, especificar a fonte pagadora. Vale frisar que os recursos de aposentadoria e de pensão são responsáveis por parcela significativa da renda dessas famílias. Entre o público que possui idade acima dos 46 anos, 12% recebem algum tipo de previdência, dos quais, 10% são mulheres.

Vale destacar, com relação à previdência rural, a dimensão socioeconômica e o impacto desse seguro de renda sobre o setor rural, principalmente sobre o segmento familiar. De acordo com pesquisa realizada por Delgado e Cardoso Júnior (1999) entre os anos de 1991 e 1997 o número de beneficiários por idade, acumulados no sistema rural, praticamente dobrou, o que significa uma incidência distributiva e redistributiva muito importante no setor rural. Outro fator importante demonstrado pela mesma pesquisa é que a Previdência Rural não funciona apenas como um mecanismo de renda compensatória, apresentando grande contribuição para a revitalização da agricultura de base familiar – metade dos domicílios pesquisados permanece em produção e, em 84% deles, o beneficiário e seu cônjuge são os chefes do domicílio – desmistificando a idéia de que a aposentadoria rural contribuiria para a estagnação dos estabelecimentos familiares, levando em conta que mesmo os componentes mais jovens das famílias tenderiam a reduzir ou cessar a carga de trabalho nas atividades rurais em função do ingresso de renda oriunda da aposentadoria do chefe da família. A aposentadoria, ao contrário, estaria funcionando como um seguro de renda agrícola, pelo papel de reprogramar e alargar o potencial produtivo dos estabelecimentos familiares.

6 - PRODUÇÃO E MERCADOS

Considerando-se os entrevistados que exercem atividades agropecuárias (80% dos entrevistados), as práticas mais comuns são o cultivo de grãos, especialmente feijão e milho, e a criação de galinhas caipiras. O artesanato e a construção civil são as atividades não-agrícolas mais praticadas, atentando para o fato de que 128 entrevistados não exercem atividades não-agrícolas (Tabela 19).

Tabela 19 - Tipos de atividades agropecuárias praticadas

Tipos de Atividades Agropecuárias Praticadas	Total
Grãos	75,82
Fruticultura	4,40
Hortaliças	4,40
Bovinocultura	6,59
Ovinocaprinocultura	6,59
Galinha Caipira	21,43
Pesca	1,65
Nenhuma	19,78
Suinocultura	8,24
Tubérculos	7,14
Farinha	1,10
Raízes	1,10
Outras	1,10

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

O feijão e o milho são produzidos em mais de 80% dos estabelecimentos rurais pesquisados. Seguida de longe, em terceiro lugar, aparece a produção de mandioca. Os produtores informam ainda que a produção desses três bens é destinada ao consumo da família. Por outro lado, a comercialização, essencialmente destinada aos mercados locais, é realizada por parcela pouco significativa, sendo a mandioca o bem mais comercializado. Tal fato confirma o que Garcia Júnior (1989) denominou de "alternatividade", ou seja, o produto destina-se ao consumo doméstico, mas pode ser levado ao mercado para obtenção de renda monetária para adquirir bens de primeira necessidade (sal, querosene, açúcar, roupas, calçados) ou outros bens de consumo não produzidos na unidade familiar.

A venda a intermediários é mais comum para o feijão e o milho, e as principais dificuldades encontradas no processo de comercialização são o desconhecimento do mercado e de compradores potenciais; as tarifas e impostos elevados; a falta de veículo de transporte ou de representantes e a impossibilidade de participar de feiras. Ressalte-se, contudo, que todos esses apontamentos foram verificados em menos de 3% da amostra.

A mandioca é mais comercializada em feiras, diretamente ao consumidor final e, segundo os entrevistados, não existe dificuldades na comercialização desse produto (Tabela 20).

Tabela 20 - Destino da produção

Destino da Produção	Produtos (%)		
	Feijão	Milho	Mandioca
Consumo da Família	95,90	93,88	90,74
Mercado Local	3,38	6,12	9,26
Mercado Regional (Nordeste)	0,00	0,00	0,00
Mercado Nacional (resto do país)	0,00	0,00	0,00
Mercado Externo	0,00	0,00	0,00

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Em termos de gerenciamento dos empreendimentos agrícolas, 1/3 dos entrevistados (34% no meio rural e 28% no meio urbano) afirmou haver dificuldade na aquisição de matérias-primas e insumos. Os motivos citados foram demora no fornecimento de sementes, o consumo alimentar concomitante com a seleção de sementes para plantio e a falta de recursos financeiros.

Como exposto em item anterior, percebe-se, entre os produtores, extrema dependência a fatores climáticos, sujeição a estragos causados por pragas, períodos de entressafra não aproveitados e baixa produtividade devido ao tipo de tecnologia empregada.

7 - ACESSO A CRÉDITO E CAPACITAÇÃO

A grande maioria dos entrevistados revelou utilizar recursos próprios para a condução de suas atividades produtivas (53%), enquanto que 79% responderam que “não obtiveram financiamento”. Percebe-se certo grau de desconfiança nas instituições financeiras e desconhecimento de disponibilidade de crédito, considerando-se que as principais justificativas foram o receio de não conseguir honrar as dívidas, a falta de interesse e falta de acesso ao crédito (Tabela 21).

Tabela 21 - Motivo pelo qual não gostaria de obter financiamento

Motivo	% em Relação aos Entrevistados que Não Obtiveram Financiamento	% em Relação ao Total de Entrevistados
Receio de não conseguir pagar	18,88	14,84
Não tem interesse	18,18	14,29
Não tem acesso aos programas de crédito	18,186	14,29
Não sabe como proceder/falta de informação	9,09	7,14
Não teve oportunidade	5,59	4,40
Não exerce atividade produtiva	4,90	3,85
Não tem condições de pagar	3,50	2,75
Outras	11,89	9,34

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Para o desenvolvimento das atividades, os recursos do BNB aparecem em primeiro lugar (79%), seguidos do uso de mão-de-obra familiar (66%). Interessante notar que não ocorreram respostas para crédito informal, agiotas, cooperativas de crédito e Organizações Não-Governamentais (ONG's), nem adiantamentos de fornecedores de matéria-prima ou de compradores (Tabela 22).

Os financiamentos destinaram-se, em maior proporção, ao investimento e à aquisição de animais, máquinas e equipamentos. Apenas 1,1% dos entrevistados informaram utilizar o crédito para pagamento de despesas pessoais ou familiares.

Quando indagados sobre a finalidade dos recursos, caso contratassem uma operação de financiamento, as respostas se dividem em investimento (26,9% das respostas); custeio (18,1%); aquisição de máquinas e equipamentos (14,8%); compra de animais (13,2%); e ainda 2,7% dos entrevistados afirmaram utilizar o crédito para construção de uma casa, enquanto que 29,1% não gostariam de obter financiamento.

Tabela 22 - Recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades

Recursos Utilizados para Desenvolvimento das Atividades	Total	% sobre 38 Entrevistados que Utilizam Financiamento
Banco do Nordeste	16,48	79
Outros Bancos (BEC, BB e Bradesco)	3,30	16
PRONAF B (BB e BNB)	2,20	11
Mão-de-obra familiar	13,74	66
Outros	3,30	16
Não obteve financiamento	79,12	-

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

A respeito da aplicação dos recursos obtidos por meio de financiamento bancário, em estudo realizado no sertão do Ceará, Alves (1999) observou que os agricultores familiares o fazem pensando na melhoria das condições de produção de suas atividades agrícolas. Entretanto, a tendência é que haja diversificação na aplicação dos recursos, contrariando o acordado no contrato, buscando reduzir a situação de risco das atividades e a instabilidade provocada pelas condições de financiamento exigidas pelas instituições financeiras. A autora verificou que os agricultores aplicam parte dos recursos em bens ou outras atividades que apresentam menor risco e maior capacidade de retorno financeiro, para garantir a sobrevivência da família e o pagamento posterior das parcelas do empréstimo. Para as instituições financeiras, no entanto, esta operação configura o desvio de recursos, visto que viola as normas e exigências do Banco Central.

Na avaliação dos entrevistados que dispõem de financiamentos, 68% consideram a fonte oportuna; 39% acham-na adequada e igual proporção a considera suficiente; 29% julgam-na insuficiente e apenas 1,1% dos entrevistados afirmam ser inadequada.

Quanto ao apoio técnico para condução das atividades produtivas, tem-se um quadro de carência de assistência: a grande maioria dos entrevistados (90%) não recebe apoio; o restante recebe principalmente assistência técnica e capacitação para as atividades produtivas (9%) e para a área gerencial (6%).

8 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A pesquisa de campo indica um fraco tecido social no que diz respeito ao apoio aos sistemas produtivos locais. Os entrevistados se dividem quase eqüitativamente entre aqueles que participam e os que não participam de organizações sociais, sendo o engajamento maior no meio rural que no urbano. Entre os que não participam, 17% afirmam não ter interesse; 6% dizem não ter oportunidade; 4% justificam que não têm condições financeiras, e outros 5% informam não haver instituições (igreja, sindicato, organização) próximas ao local de residência.

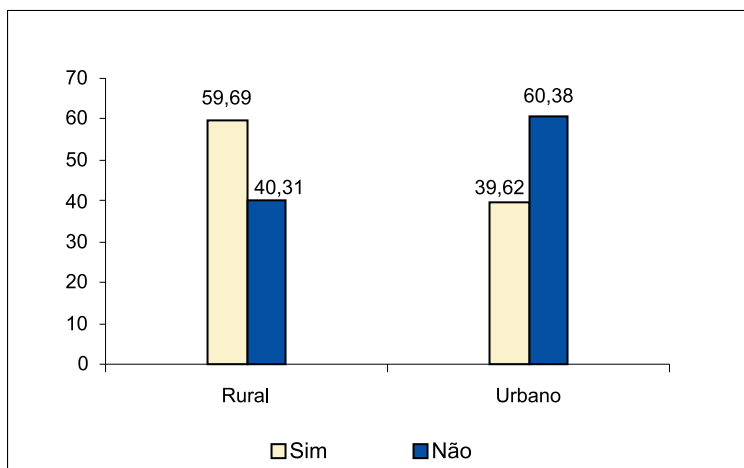


Gráfico 11 - Participação em organização social

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

Dos entrevistados que afirmaram participar de alguma organização, a maioria refere-se à filiação a sindicatos de trabalhadores rurais. Não se pode afirmar, no entanto, que estes filiados participam efetivamente de reuniões ou outras atividades coletivas da organização, pois sua ligação a sindicatos rurais se deve, essencialmente, à perspectiva de aposentadoria futura através da previdência rural. Apenas 7% freqüentam a Igreja (Católica na maioria das respostas).

A organização social e sua relação com os negócios é precária, como indicam os números: 7% das pessoas afirmam que houve facilitação do acesso ao crédito e 9%, à assistência à saúde; outros 25% acreditam que a organização não contribui para o bom desempenho dos negócios.

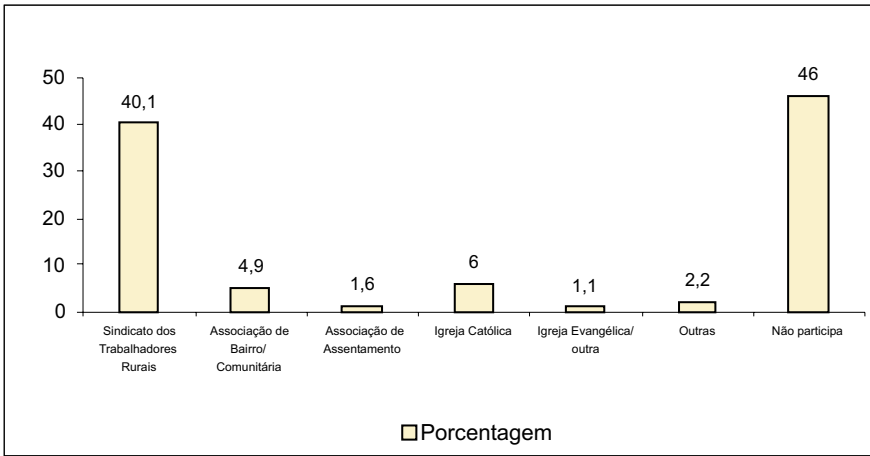


Gráfico 12 - Tipo de organização social

Fonte: BNB. Pesquisa direta.

A esse propósito, deve-se notar que a organização social é um dos pilares para o sucesso do programa, considerando que os comitês gestores municipais do Fome Zero devem ser compostos por membros da sociedade civil e dos órgãos públicos locais. Conforme o relatório “Combate à fome e o direito humano à alimentação no Brasil – o primeiro ano do Programa Fome Zero do Governo Lula”, elaborado pelo Instituto FIAN Internacional (FIAN, 2004), é frágil a organização social dos municípios de Acauã e Guaribas (PI), localidades estudadas no relatório.

A partir desse entendimento, a participação dos beneficiários e de outros cidadãos, via sindicatos, ONG’s, comunidades de bairro etc, torna-se fundamental não somente para propiciar melhorias nos sistemas produtivos, mas, igualmente, poderá aperfeiçoar o gerenciamento dos recursos e a eficiência das políticas estruturadoras.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos da disponibilidade física de alimentos, existe suficiência alimentar para toda a humanidade. O que significa dizer que a fome no mundo hoje é muito mais uma “questão política e ética”, que poderia ser sanada pela decisão dos governos de garantir o direito de acesso aos alimentos a todos os cidadãos, através da implementação de políticas re-distributivas que diminuíssem as desigualdades entre os diversos segmentos e estratos sociais.

O acesso aos alimentos é um direito humano fundamental, ao qual as políticas econômicas e comerciais, nacionais e internacionais, deveriam subordinar-se e não sobrepor-se (DRÈZE; SEN, 1989 apud PESSANHA, 1998). Infelizmente, o Brasil acumula essa dívida com grande parte da população, a qual está impossibilitada de exercer o direito fundamental de alimentar-se diariamente em quantidade e qualidade adequadas, por pura incapacidade de acesso aos alimentos, principalmente em virtude de insuficiência de renda.

A pesquisa realizada nos seis municípios delineou uma situação de insegurança alimentar elevada e complexa devido a vários fatores, em destaque: baixos níveis de escolaridade; precariedade na inserção ocupacional e no sistema de produção familiar; renda insuficiente; ausência de atendimento das necessidades coletivas; e baixo grau de organização social.

Tais informações atestam a afirmação de Pessanha (1998), de que a capacidade de acesso aos alimentos não se restringe à capacidade de acesso às mercadorias, mas implica também o acesso aos serviços que têm impacto substantivo sobre a nutrição, saúde e bem-estar dos indivíduos, tais como serviços médicos e cuidados de saúde, condições sanitárias e água potável, bem como educação básica.

A pluriatividade é comum nos grupos estudados, para ambos os sexos, sendo, contudo, esporádica ou irregular. A produção agrícola é, do mesmo modo, irregular e suas dificuldades impactam de forma grave o bem-estar familiar, especialmente, a alimentação. Esses fatores implicam insuficiência de renda e alto grau de dependência dos donativos e das transferências governamentais. A baixa qualidade e quantidade nutricional atestada pelo público estudado é forte indicativo da intensidade da fome e da pobreza. A falta de renda é o fator central nas falas que justificam a má alimentação.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, em suas várias edições, indica que o estado nutricional e a renda são variáveis correlatas. A inadequação

alimentar é também evidente, já que o consumo de hortaliças e frutas é pequeno nas famílias de baixa renda, especialmente naquelas da zona rural nordestina. Nesse estrato, o desequilíbrio de peso, para mais ou para menos está relacionado à má alimentação, uma vez que os açúcares e os farináceos consumidos em excesso provocam aumento de peso, mas não alimentam. A desnutrição pode ser igualmente causada pela higiene alimentar precária e infecções recorrentes que debilitam o organismo impedindo uma boa absorção dos nutrientes ingeridos.

Os baixos níveis de organização social, observados por meio da pesquisa de campo, necessitam ser questionados, contudo os incentivos para a conformação de um forte tecido social – um dos pilares do Programa – não podem ser exclusivamente exógenos. Quanto ao cadastro de famílias não pertencentes ao público-alvo, tal como detectado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), este recomenda capacitação dos agentes envolvidos no processo de cadastramento e estabelecimento de críticas no sistema de registro a fim de melhor focalizar os beneficiários.

Todos esses condicionantes mantêm aceso o debate sobre os ajustes necessários ao programa, bem como sobre os rumos do crescimento econômico e a urgência de políticas públicas eficazes na correção da distribuição de renda em nosso país.

Porém, para mudar o perfil de desigualdade é necessário, por um lado, recuperar a capacidade de regulação pública das atividades econômicas, por outro, garantir a vontade política dos partidos e dos governos que se sucederem no comando do país; também, é necessário que a luta contra a fome e o desemprego seja assumida, no seu sentido mais amplo, por toda a sociedade.

Nesse sentido, é fundamental que seja elaborada uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, cuja implementação deve envolver ações de diferentes setores de governo e sociedade, o que requer a construção de pactos nacionais mais amplos, abrangendo as esferas da produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e utilização do alimento no nível familiar e biológico.

A intersetorialidade é fundamental para a construção desses pactos nacionais que, por sua vez, são “necessários para o enfrentamento de problemas complexos que exigem ação integrada”. Contudo, para que ela ocorra, é necessário que haja um processo de construção de acordos políticos em torno de um projeto integrador, capitaneado por um Estado forte. Essa proposta se apresenta como um grande desafio na atual conjuntura, na medida em que há grande fragmentação institucional no Brasil, agravada pela preponderância, em termos de poder, da área econômica sobre a área social.

Não é possível alterar a atual estrutura socioeconômica brasileira (que produz um abismo entre ricos e pobres) sem que haja uma ação coordenada do Estado, direcionada para unir desenvolvimentos econômico e social. Ou seja, políticas de combate à fome devem ser articuladas com a oferta de outras políticas sociais e de desenvolvimento, tais como saúde, educação, infra-estrutura, emprego e crédito, dentre outras.

Atendidas essas premissas, e considerando as informações obtidas entre beneficiários do Programa Fome Zero nos seis municípios estudados, pode-se afirmar que o combate à elevada extensão da pobreza pode realizar-se no curto prazo, com a complementação de renda e, no longo prazo, com a consolidação de um conjunto articulado de políticas sociais, desde que seja desenvolvida uma metodologia que permita a articulação e a orientação dessas ações.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. O. Agora o Nordeste vai: experiência de desenvolvimento local – o caso de Tejuçuoca, Estado do Ceará. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras (MG), 1999.

ALBUQUERQUE, R. C. Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BARATA, R. C. B. et al. Gastroenteritis and acute respiratory infections among children up to 5 years old in area of Southeastern Brazil, 1986-1987: I - Acute respiratory infections. Revista de Saúde Pública, v. 30, n. 6, p. 553-563, Dec. 1996. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/rsp>> Acesso em 6 set. 2004.

BELIK, W. Segurança alimentar: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome. Fome zero. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Avaliação do TCU sobre o cadastro único dos programas sociais do governo federal. Brasília, DF, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2. 2004, Olinda. Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional. In: Anais... Olinda, 2004.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. A previdência social rural e a economia familiar no Brasil: mudanças recentes nos anos 90. Brasília, DF, 1999. (Mimeografado).

FIAN INTERNACIONAL. Combate à fome e o direito humano à alimentação no Brasil: o primeiro ano do Programa Fome Zero do Governo Lula. Heidelberg, 2004.

GARCIA JÚNIOR, A. R. O sul: caminho do roçado-estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

IBGE. Censo demográfico 1991. Rio de Janeiro, 1991.

- IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: aquisição alimentar domiciliar per capita. Rio de Janeiro, 2004.
- IBGE. Pesquisa pecuária municipal. Rio de Janeiro, 2003.
- IBGE. Produto interno bruto municipal. Rio de Janeiro, 2005.
- INSTITUTO DE CIDADANIA. Política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo, 2001.
- MALUF, R. S. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar. São Paulo: Polis, 1999.
- NUNES, E. Em pratos limpos. Revista Carta Capital, São Paulo, p. 29, 12 jan. 2005. (Entrevista concedida pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
- PESSANHA, L. D. R. Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Seropédica, 1998.
- PNUD. Entenda os indicadores. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/indicadores>>. Acesso em: 2005.
- TARTAGLIA, J. C. Industrialização, alimentação e segurança alimentar no Brasil. In: DUTRA-DE-OLIVEIRA, J.E.; MARCHINI, J.S. Ciências nutricionais. São Paulo: Sarvier, 1998.
- YAMAMOTO, R. M. et al. Retardo de crescimento secundário à desnutrição no segundo ano de vida: há recuperação até a idade escolar? Revista de Pediatria, p. 37-44, 1. sem. 2001. Disponível em: <<http://pediatriasapaulo.usp.com.br>>. Acesso em: 6 set. 2004.

ANEXOS

ANEXO I QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FOME ZERO

QUESTIONÁRIO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE PROGRAMA FOME ZERO

Nome do Entrevistador: _____

Lotação do Entrevistador: _____

Data da Entrevista: ___/___/___ Questionário nº: _____

Nome do Entrevistado: _____

Apelido: _____

Endereço Entrevistado: _____

Município: _____

Estado: _____

Telefone: _____

I - IDENTIFICAÇÃO DA(O) ENTREVISTADA(O)

1. Idade: _____ 2. Altura: _____

3. Peso: _____ 4. Sexo _____ (1. Masculino 2. Feminino)

5 - Assinalar o nível de escolaridade da entrevistada(o)

- | | |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Sem instrução | <input type="checkbox"/> 5. Segundo Grau Incompleto |
| <input type="checkbox"/> 2. Alfabetizado | <input type="checkbox"/> 6. Segundo Grau Completo |
| <input type="checkbox"/> 3. Primeiro Grau Incompleto | <input type="checkbox"/> 7. Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> 4. Primeiro Grau Completo | <input type="checkbox"/> 8. Superior Completo |

6 - Quantas pessoas vivem no seu domicílio (incluindo a/o entrevistada/o): _____ .

7 - Quantas crianças vivem na sua casa? _____

8 - Quantas pessoas acima de 65 anos moram na sua casa? _____

II - CONDIÇÕES DE VIDA DA ENTREVISTADA(O)

9 - Qual a Condição de Moradia?

() 1. Própria () 2. Alugada () 3. Sem Teto

() 4. Outra: _____

10 - Tipo de Habitação

() 1. Casa de alvenaria () 2. Casa de madeira

() 3. Casa de taipa () 4. Palafita

() 5. Outra: _____ () 6. Sem teto

11 - Qual(is) a(s) fonte(s) de energia utilizada(s) na residência?

() 1. Elétrica () 2. Solar () 3. Eólica

() 4. A Gás () 5. Querosene

() 6. Outra: _____

12 - Quantos cômodos a residência dispõe? _____

13 - Quantos cômodos são usados para dormir? _____

14 - A água utilizada é:

() 1. Rede pública, encanamento interno na casa

() 2. Rede pública com torneira externa ou chafariz

() 3. Cisterna ou poço da própria casa

() 4. Cisterna ou poço coletivo

() 5. Água de rio

() 6. Caminhão-pipa

() 7. Outra: _____

15 - Qual o tipo de esgoto sanitário da residência?
() 1. Rede pública () 2. Fossa () 3. Esgoto a céu aberto
() 4. Outro: _____

16 - Como é feita a coleta de lixo da residência?
() 1. Coleta pela prefeitura () 2. Lixo enterrado
() 3. Lixo queimado () 4. Lixo jogado próximo a casa
() 5. Lixo jogado no rio () 6. Outro: _____

17 - A residência dispõe de fogão a gás? () 1. Sim () 2. Não

18 - A residência dispõe de geladeira? () 1. Sim () 2. Não

19 - Os filhos têm acesso à escola?
() 1. Sim () 2. Não
() 3. Não se aplica, pois não possuímos filhos em idade escolar
Caso o item 2 tenha sido assinalado, apresentar o(s) motivo(s):

20 - A quantidade de alimentos disponível em seu domicílio durante o ano é:
() 1. Suficiente () 2. Insuficiente
Caso tenha assinalado o item 2, por que a quantidade é insuficiente?

21 - A qualidade dos alimentos que sua família dispõe é de:
() 1. Boa qualidade () 2. Má qualidade
Caso tenha assinalado o item 2, por que os alimentos são de má qualidade? _____

22 - Assinale com um "X" os tipos de alimentos que sua família consome:

Alimentos	Diária-mente	6 ou 5 vezes por semana	4 ou 3 vezes por semana	2 ou 1 vez por semana	Rara-mente	Não Con-some
1. Carnes						
2. Peixes						
3. Ovos						
4. Arroz						
5. Feijão						
6. Milho/Derivados						
7. Tubérculos/Raízes						
8. Legumes/Verduras						
9. Frutas						
10. Leite						
11. Queijos/Requeijão						
12. Pães/Bolachas						
13. Macarrão						
14. Açúcar/Doces/Rapadura						
Margarina/Manteiga/Nata						
15. Óleos/Gorduras						
16.						
17.						
18.						

23 – Quantas vezes por semana o entrevistado e os adultos da família fazem o (a):

- () 1. Café da manhã/desjejum: _____ () 2. Almoço: _____
 () 3. Jantar: _____ () 4. Lanches/Merendas: _____

24 – Quantas por semana as crianças da família fazem o (a):

- () 1. Café da manhã/desjejum: _____ () 2. Almoço: _____
 () 3. Jantar: _____ () 4. Lanches/Merendas: _____

25 – A(O) entrevistada(o) e sua família possuem acesso à assistência médica e hospitalar?

1. Hospital Público 2. Posto de Saúde Público
 3. Hospital Privado 4. Agente de Saúde
 5. Médicos privados 6. Não possui assistência médica/hospitalar
Caso não possua atendimento médico/hospitalar, especificar o motivo:
-

26 - Que tipos de medicamentos são utilizados?

1. Industrializados 2. Ervas medicinais naturais
 3. Não possui acesso a medicamentos
 4. Outros: _____

27 - Quais as doenças mais comuns que afetam a(o) entrevistada(o) e sua família:

Doença			
Idade(s) do(s) Enfermo(s)			
Frequência de Ocorrência da(s) Doença(s)			
(mensal, semestral, anual, permanente)			
Forma de tratamento (agente de saúde, médicos, enfermeiros, autotratamento, etc)			
Local de tratamento (em casa, farmácia, posto de saúde, hospital)			

28 - De que forma ou maneira o Governo poderia auxiliar para melhorar as condições de vida da (o) entrevistada(o) e sua família:

1. Construção de Infra-Estrutura Básica
 2. Promoção de Geração de Empregos
 3. Oferta de Crédito Bancário
 4. Implementação de Programas Sociais
 5. Outros:

III - EMPREGO E RENDA

- 29 - Qual a sua condição de produtor(a) rural:
() 1. Proprietária(o) () 2. Arrendatária(o) () 3. Parceira(o)
() 4. Ocupante () 5. Diarista () 6. Sem Terra
() 7. Outra: _____
() 8. Não se aplica, pois não é produtora(o) rural
- 30 - Qual o tamanho da propriedade rural?
() 1. Família sem-terra () 2. Até 10 hectares
() 3. De 11 a 30 hectares () 4. De 31 a 50 hectares
() 5. De 51 a 100 hectares () 6. De 101 a 200 hectares
() 7. De 201 a 500 hectares () 8. Acima de 500 hectares
() 9. Não se aplica, não é produtor rural
- 31 - Qual a sua profissão? _____
- 32 - Possui carteira assinada? () 1. Sim () 2. Não
- 33 - Paga alguma instituição para fins de aposentadoria?
(previdência privada, INSS ou sindicato rural)?
() 1. Sim () 2. Não
Qual? _____
- 34 - Recebe algum tipo de previdência? () 1. Sim () 2. Não
Qual? _____
- 35 - Quem é o chefe da família? _____
- 36 - O(A) chefe da família está empregado(a)?
() 1. Sim () 2. Não
- 37 - Se está desempregado(a), por quanto tempo? _____
- 38 - Qual a principal ocupação do(a) chefe da família?

- 39 - Quantas pessoas da família estão trabalhando? _____

40 – Qual a renda média mensal da família: R\$ _____

41 - A receita da família é constante durante o ano?

() 1. Sim () 2. Não

Em caso negativo, assinalar os motivos:

42 - A Sra. (Sr.) recebe ajuda de alguma instituição para comprar alimentos? (igreja, serviço de saúde, clube, associação de moradores, governo) ou de alguma pessoa (parente, vizinho, amigo, colega de trabalho)?

() 1. Sim () 2. Não

43 - Que tipo de ajuda?

() 1. Cesta Básica () 2. Leite em Pó

() 3. Leite de caixinha ou saquinho

() 4. Outros Alimentos: _____

() 5. Não recebe ajuda

44 - Qual a periodicidade da ajuda recebida?

() 1. Diária () 2. Semanal () 3. Quinzenal () 4. Mensal

() 5. Ocasionalmente () 6. Não Recebe Ajuda

45 - A(o) senhora(r) recebe algum outro tipo de ajuda ou benefício?

() 1. Vale-gás () 2. Bolsa-escola

() 3. Ajuda em dinheiro () 4. Outra: _____

Em caso afirmativo, quanto por mês? R\$ _____

IV - PRODUÇÃO E MERCADOS

46 – Quais atividades agropecuárias são praticadas?

() 1. Grãos () 2. Fruticultura () 3. Hortaliças

() 4. Bovinocultura () 5. Ovinocaprinocultura

() 6. Avicultura () 7. Pesca () 8. Nenhuma

() 9. Outras: _____

47 – Qual (is) atividade (s) não-agrícola (s) é (são) praticada (s) pela (o) entrevistada(o) ou por membros de sua família?

- 1. Pequena ou média indústria rural
- 2. Turismo rural
- 3. Confecções
- 4. Mineração
- 5. Artesanato
- 6. Magistério [professor (a)]
- 7. Caseiro (a)
- 8. Construção civil
- 9. Empregado (a) doméstico (a)
- 10. Assalariado no meio urbano
- 11. Bodega/mercearia
- 12. Outras: _____
- 13. Nenhuma

48 - Existe facilidade de aquisição de insumos/matéria-prima?

- 1. Sim 2. Não 3. Não se aplica ao entrevistado
- Em caso negativo, qual o principal motivo? _____

49 - Quais bens (agrícolas e/ou não-agrícolas) a(o) entrevistada(o) e sua família produzem? (Listar os produtos obedecendo a ordem de importância).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

As questões 50, 51 e 52 estão relacionadas com a questão 49.

50 - Qual o destino da produção? – Assinalar as porcentagens (%) correspondentes

DESTINO DA PRODUÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Consumo da família								
Mercado local								
Mercado regional (Nordeste)								
Mercado nacional (resto do país)								
Mercado externo								

51 - Como é feita a comercialização do produto? – Assinalar as porcentagens (%) correspondentes

DISTRIBUIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Subsistência da família								
Venda direta ao consumidor, em ponto de venda próprio								
Venda direta ao consumidor, na feira local								
Intermediários								
Lojistas								
Cooperativa								
Outros								

52 - Dificuldades de Comercialização? – Assinalar com um “X”

DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Não comercializa								
Não tem dificuldades								
Reclamação sobre a baixa qualidade do produto								
Reclamação sobre a quantidade insuficiente do produto								
Reclamação sobre a irregularidade na entrega do produto								
Desconhecimento do mercado e dos compradores potenciais								
Concorrência acirrada								
Canais de comercialização inadequados								
Tarifas e impostos elevados								
Falta de veículo e representantes								
Impossibilidade de participar de feiras								
Estradas								
Outros (citar)								

V – OPERAÇÕES BANCÁRIAS

53 - Quais os recursos utilizados para o desenvolvimento da(s) sua(s) atividade(s) ?

- () 1. Banco do Nordeste
- () 2. Outros Bancos (Citar): _____
- () 3. Crédito Informal
- () 4. ONG's
- () 5. Cooperativas de crédito
- () 6. Agiota
- () 7. Fornecedor da matéria-prima
- () 8. Comprador do produto
- () 9. Recursos Próprios

() 10. Outros (citar): _____
Caso não tenha obtido financiamento bancário, especificar o motivo:

54 - Qual foi a finalidade do financiamento?

- () 1. Custeio
- () 2. Aquisição de máquinas e equipamentos
- () 3. Compra de matéria-prima
- () 4. Investimento
- () 5. Capital de giro
- () 6. Outros: _____
- () 7. Não obteve financiamentos

55 - Com relação à fonte de financiamento, você considera:

- () 1. Adequado () 2. Inadequado () 3. Suficiente
- () 4. Insuficiente () 5. Oportuno () 6. Inoportuno
- () 7. Não obteve financiamento

56 - Se você gostaria de obter financiamentos para investir na sua atividade, quais seriam as finalidades?

- () 1. Custeio
 - () 2. Aquisição de máquinas e equipamentos
 - () 3. Comprar matéria-prima
 - () 4. Investimento
 - () 5. Capital de giro da atividade
 - () 6. Outros: _____
- Não gostaria de obter novos financiamentos. Justificar.
-

VI - CAPACITAÇÃO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

57 - Assinale as formas de apoio técnico/capacitação recebidas na implantação e/ou desenvolvimento de seu negócio:

- () 1. Assistência técnica às atividades produtivas
- () 2. Assistência técnica na área gerencial
- () 3. Comercialização
- () 4. Capacitação técnico/produtiva
- () 5. Capacitação em gestão e administração

- 6. Capacitação em associativismo
- 7. Outros (citar): _____
- 8. Não recebe apoio técnico

VII - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

58 - A entrevistada (o) ou algum de sua família participa de organização social (cooperativa, associação, sindicato, movimento religioso, clubes)?

- 1. Sim
- 2. Não

Em caso afirmativo, citar a(s) organização(ões):

Em caso negativo, especificar o motivo:

59 - De que forma a organização social contribui para o sucesso do seu negócio?

- 1. Facilitando/oferecendo assistência técnica
- 2. Facilitando/oferecendo capacitação
- 3. Realizando/intermediando a comercialização do produto
- 4. Facilitando o acesso ao crédito
- 5. Outros (Citar): _____
- 6. A organização social não contribui para o sucesso do meu negócio
- 7. Não participa de organização social

ANEXO 2 - MEMÓRIA DE CÁLCULO

Renda Média mensal familiar	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Produção de milho (saca)			
Produção de feijão (saca)			
Produção de farinha de mandioca (saca)			
Produção de goma (saca)			
Produção de arroz (saca)			
Venda de animais bovinos (cabeça)			
Venda de animais caprinos (cabeça)			
Venda de animais ovinos (cabeça)			
Venda de galinhas (cabeça)			
Venda de leite (litro)			
Venda de frutas			
Castanha de caju (saca)			
Venda de queijo (kg)			
Venda de doce (kg)			
Venda de polpa (kg)			
Venda da amêndoa da castanha de caju (kg)			
Venda de rede (unidade)			
Venda de artesanato de palha (unidade)			
Venda de artesanato de barro (unidade)			
Venda de labirinto (unidade)			
Venda de mel de abelha (litro)			
Venda de aguardente de cana (litro)			
Venda de móveis de madeira (unidade)			
Outros (citar)			

SERVIÇOS Renda Média Mensal Familiar	Quantidade de diárias	Valor da diária	Valor total
Pedreiro			
Eletricista			
Frete			
Aposentadoria			

ANEXO 3 - IMAGENS DO PROGRAMA FOME ZERO



Foto 8 - Caprinocultura – Guaribas (PI)

Fonte: Pesquisa direta.



Foto 9 - Bovinocultura – Betânia do Piauí(PI)

Fonte: Pesquisa direta.



Foto 10 - Bovinocultura – Betânia do Piauí (PI)
Fonte: Pesquisa direta.



Foto 11 - Caprinocultura – Betânia do Piauí(PI)
Fonte: Pesquisa direta.



Foto 12 - Condições de Moradia – Irauçuba (CE)
Fonte: Pesquisa direta.

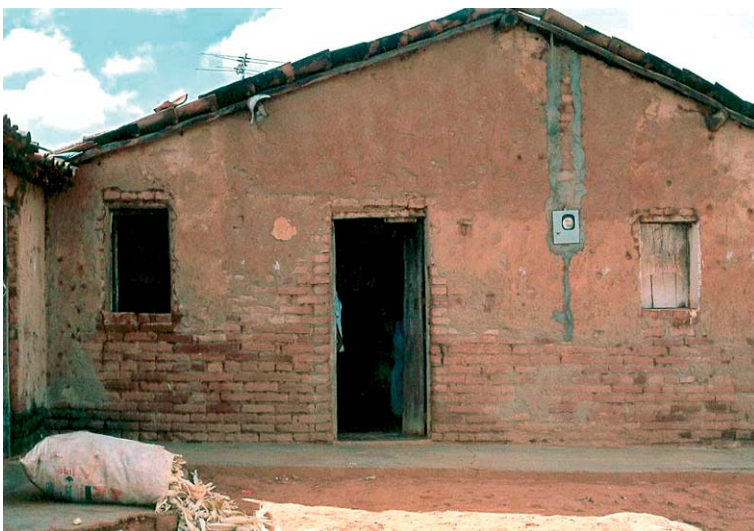


Foto 13 - Moradia de Beneficiário do Programa Fome Zero -
Quixelô (CE)
Fonte: Pesquisa direta.

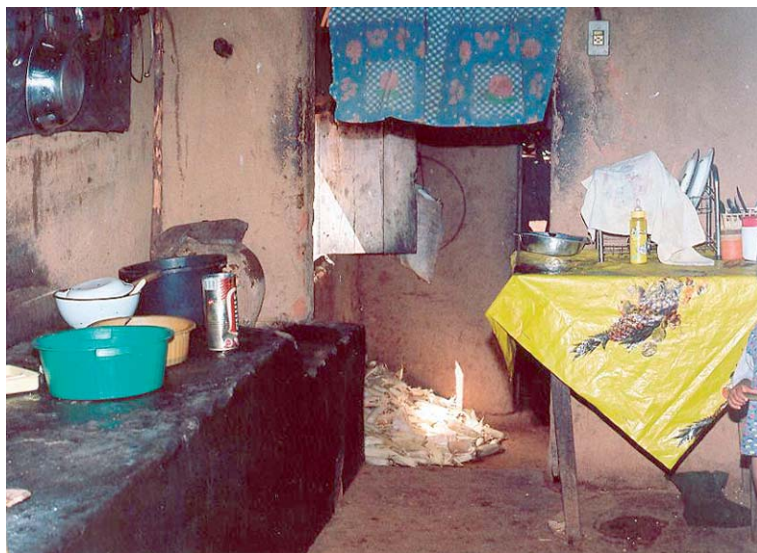


Foto 14 - Interior de Residência de Beneficiário do Programa Fome Zero - Taipu (RN)

Fonte: Pesquisa direta.



Foto 15 - Entrevistando Beneficiário do Programa - Cerro Corá (RN)

Fonte: Pesquisa direta.



Cliente Consulta 0800 783030 • clienteconsulta@bnb.gov.br • www.bnb.gov.br